

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E BIOLÓGICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Leticia Lauane de Souza

Mulheres na luta pela terra: visibilidade e construção do território no
Assentamento Horto Bela Vista em Iperó/SP

Sorocaba

2026

Leticia Lauane de Souza

Mulheres na luta pela terra: visibilidade e construção do território no Assentamento Horto
Bela Vista em Iperó/SP

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia para obtenção do título de Mestre em Geografia da Universidade Federal de São Carlos. Área de concentração: Dinâmicas ambientais e Socioespaciais.

Orientação: Neusa de Fatima Mariano

Sorocaba

2026

Souza, Leticia Lauane de

Mulheres na luta pela terra: visibilidade e construção do território no Assentamento Horto Bela Vista em Iperó/SP / Leticia Lauane de Souza -- 2026.
63f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São Carlos, campus Sorocaba, Sorocaba
Orientador (a): Neusa de Fátima Mariano
Banca Examinadora: Fernando Freitas de Almeida,
Antonio Henrique Bernardes, Neusa de Fátima Mariano
Bibliografia

1. Luta pela terra. 2. Visibilidade da mulher . 3.
Campesinato. I. Souza, Leticia Lauane de. II. Título.

Leticia Lauane de Souza

Mulheres na luta pela terra: visibilidade e construção do território no Assentamento Horto
Bela Vista em Iperó/SP

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia para obtenção do título de Mestre em Geografia da Universidade Federal de São Carlos. Área de concentração: Dinâmicas ambientais e Socioespaciais.

Orientadora

Dra. Neusa de Fátima Mariano

Universidade Federal de São Carlos – campus Sorocaba

Examinador

Dr. Fernando Freitas de Almeida

Instituto Federal do Espírito Santo- campus Vitória

Examinador

Dr. Antonio Henrique Bernardes

Universidade Federal de São Carlos - campus Sorocaba

Dedico este trabalho a todas as mulheres camponesas do
território brasileiro, que com suas mãos, saberes e lutas
cotidianas semeiam vida, resistência e futuro.

AGRADECIMENTO

Agradecer é reconhecer a importância de cada gesto, palavra e apoio recebido ao longo da realização desta dissertação. Portanto, agradeço em primeiro lugar, às mulheres do Assentamento Horto Bela Vista, em Iperó/SP, que compartilharam suas histórias, experiências e saberes. A generosidade com que me receberam e confiaram suas narrativas foi fundamental para a construção desta pesquisa. Este trabalho também é resultado da luta, da resistência e da força dessas mulheres.

Expresso minha profunda gratidão e admiração à orientadora Neusa de Fátima Mariano pelas contribuições e reflexões que foram essenciais para o desenvolvimento desta dissertação. Seu apoio, paciência e dedicação foram fundamentais ao longo de todo o processo.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de São Carlos campus Sorocaba e aos professores que, por meio das disciplinas e debates, contribuíram para minha formação acadêmica e para o amadurecimento das reflexões presentes neste trabalho.

Esta trajetória também carrega um significado muito especial em minha vida, sou a primeira pessoa da minha família a percorrer o caminho da pós-graduação. Essa conquista representa muito mais do que uma realização individual, ela simboliza a abertura de novos caminhos e possibilidades. Chegar até aqui traz comigo a história, os esforços e os sonhos da minha família.

A minha mãe Rosa Aparecida Cláudio de Souza e ao meu pai Dercy Candido de Souza, dedico uma gratidão profunda. Mesmo sem terem tido acesso pleno à educação formal, sempre compreenderam o valor do estudo e fizeram dele um incentivo constante em minha vida. Desde pequena, fui encorajada por eles a seguir o caminho da educação, acreditando que o conhecimento poderia abrir portas e transformar realidades. Com muito esforço, trabalho e amor, sempre me apoiaram e confiaram na importância desse percurso. Esta conquista não é apenas minha, mas também deles, pois carrega consigo o cuidado, o incentivo e os sonhos que sempre depositaram em mim. E não poderia deixar de agradecer meus irmãos Kaio Thierry de Souza e Alafe Gabriel de Souza que sempre me apoiam e incentivam.

Gostaria de expressar que a construção desta dissertação foi marcada por muitos desafios. Conciliar a vida de professora da educação básica com a de pesquisadora não foi uma tarefa simples. Entre jornadas de trabalho, preparação de aulas, correção de atividades e as

exigências da pós-graduação, muitas vezes o tempo pareceu insuficiente e o cansaço constante. Ainda assim, foi justamente na prática cotidiana da sala de aula que encontrei força e sentido para continuar pesquisando. Ser professora-pesquisadora é viver permanentemente entre a reflexão e a prática, compreendendo que o conhecimento também nasce da experiência e realidades que nos atravessam.

Nesse caminho, tive o privilégio de contar com o apoio de colegas de trabalho e amigos que fiz ao longo da minha trajetória nas escolas, entre eles gostaria de mencionar a Janaina, que agradeço profundamente pela escuta, pelas palavras de incentivo, compreensão nos momentos mais difíceis e pelas trocas que tornaram essa caminhada menos solitária. Muitas vezes, foram esses gestos de solidariedade que me lembraram que a educação e pesquisa se constroem coletivamente.

À minha esposa, Fernanda dos Santos Francisco, expresso o meu mais profundo agradecimento pelo apoio, compreensão e pelo incentivo constante ao longo dessa jornada. Nos momentos de cansaço, dúvidas e incertezas, sua presença foi fundamental para que eu continuasse acreditando na importância deste caminho. Sua escuta, paciência e companheirismo tornaram mais leves os desafios que surgiram ao longo da construção desta pesquisa. Mais do que apoio, encontrei em você força, acolhimento e motivação para seguir em frente. Esta conquista também é nossa, pois foi construída com amor, parceria e a certeza de que nenhum caminho precisa ser percorrido sozinho, obrigada e te amarei eternamente.

Quero também registrar aqui um agradecimento muito especial ao meu cachorro, Dengo. Ele certamente não saberá nem entenderá que está sendo mencionado nestas páginas, mas faço questão de deixar esse registro para que, quando eu voltar a ler este trabalho no futuro, possa me lembrar de que ele esteve presente em minha vida durante toda essa trajetória. Dengo esteve comigo desde a construção do pré-projeto até este momento final da escrita, acompanhando silenciosamente as longas horas de leitura e de trabalho. Seu apoio, mesmo que silencioso, foi importante nos dias de cansaço e nas horas dedicadas à pesquisa. Para mim, ele foi exatamente aquilo que seu nome significa: aconchego, companhia e a sensação de lar em meio aos desafios desse caminho.

Por fim, agradeço a todos que, de alguma forma, contribuíram para que esta pesquisa se tornasse possível.

Morta... serei árvore,
serei tronco, serei fronde
e minhas raízes enlaçadas às pedras de meu berço
são as cordas que brotam de uma lira.
Enfeitei de folhas verdes
a pedra de meu túmulo
num simbolismo de vida vegetal.
Não morre aquele que deixou na terra
a melodia de seu cântico
na música de seus versos.

Coralina, 2008

Resumo

SOUZA, Leticia Lauane de. Mulheres na luta pela terra: visibilidade e construção do território no Assentamento Horto Bela Vista em Iperó/SP. 2026. Dissertação (Mestrado em Geografia – Programa de Pós-Graduação em Geografia) – Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba, 2026.

A luta pela terra no Brasil constitui um processo histórico marcado por disputas territoriais, desigualdades e pela organização de movimentos sociais que buscam o direito à permanência no campo e nesse contexto as mulheres têm desempenhado um papel crucial, embora muitas vezes sejam invisibilizadas. Portanto, a presente dissertação tem como objetivo compreender de que maneira as mulheres se inserem enquanto agentes constituintes do território na luta pela terra, tendo como recorte o Assentamento Horto Bela Vista, localizado em Iperó/SP. A pesquisa parte da compreensão de que a luta pela terra no Brasil é marcada por intensas desigualdades fundiárias e atravessada por relações de poder, nas quais o gênero desempenha um papel central. A metodologia adotada articula pesquisa documental, trabalho de campo e entrevistas com mulheres desse assentamento. A investigação ancora-se na Geografia Agrária e nos estudos de gênero, os dados coletados incluindo entrevistas, permitiram evidenciar que embora historicamente invisibilizadas as mulheres exercem papel fundamental na constituição e manutenção dos territórios conquistados, atuando politicamente desde os acampamentos até a consolidação do assentamento. A análise das narrativas orais revela que as relações de gênero no campo ainda estão permeadas por estruturas patriarcais, mas que vêm sendo questionadas pelas práticas e resistências cotidianas das mulheres. Assim, esta pesquisa contribui para o debate sobre o território e o papel da mulher na luta pela terra, evidenciando sua centralidade nesse processo.

Palavras-chave: luta pela terra; mulheres; território; assentamento rural; camponesas.

Abstract

SOUZA, Leticia Lauane de. Mulheres na luta pela terra: visibilidade e construção do território no Assentamento Horto Bela Vista em Iperó/SP. 2026. Dissertação (Mestrado em Geografia – Programa de Pós-Graduação em Geografia) – Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba, 2026.

The struggle for land in Brazil constitutes a historical process marked by territorial disputes, inequalities, and the organization of social movements that seek the right to remain in rural areas. In this context, women have played a crucial role, although they are often made invisible. this dissertation aims to understand how women establish themselves as constituent agents of the territory in the struggle for land, focusing on the Horto Bela Vista Settlement, located in Iperó/SP. The research is based on the understanding that the struggle for land in Brazil is marked by intense land tenure inequalities and intersected by power relations in which gender plays a central role. The methodology articulates archival research, fieldwork, and interviews with women from the settlement. Anchored in the theoretical framework of Agrarian Geography and gender studies, the collected data highlights that, although historically marginalized, women play a fundamental role in the constitution and maintenance of conquered territories, acting politically from the initial encampments to the consolidation of the settlement. The analysis of oral narratives reveals that gender relations in the countryside are still permeated by patriarchal structures, which are nonetheless being challenged by women's everyday practices and resistance. Thus, this research contributes to the debate on territory and the role of women in the struggle for land, highlighting their centrality in this process.

Keywords: land struggle; women; territory; rural settlement; peasant women.

Lista de Figuras

Figura 1: Capa e apresentação da cartilha “A questão da mulher no MST	27
Figura 2: Mapa localização Assentamento Bela Vista, Iperó -SP	32
Figura 3: Levantamento planimétrico do Assentamento Horto Bela Vista	33
Figura 4: Área de cultivo agroecológico no assentamento Horto Bela Vista	35
Figura 5: Biodiversidade fruto das práticas agroecológicas	36
Figura 6: Preparação e organização das cestas e produtos para a feira	40
Figura 7: Mudanças orgânicas em desenvolvimento	42
Figura 8: Sistema de cultivo consorciado em área do assentamento, caracterizado pelo plantio simultâneo de diferentes espécies no mesmo espaço.	52
Figura 9: Agrofloresta Horto Bela Vista/Iperó -SP	53

Lista de abreviaturas e siglas

ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural

CSA – Comunidade Sustenta Agricultor

CAAE - Certificado de Apresentação para Apreciação Ética

CEP – Comitê de Ética em Pesquisa

FAO – Organização das Nações Unidas para Agricultura
alimentar

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

ITESP- Instituto de Terras do Estado de São Paulo

MM - Marcha das Margaridas

MMC - Movimento de Mulheres Camponesas

MST- Movimento dos Trabalhadores Rurais

Sem Terra

OCS- Organização do Controle Social

OMAQUESP- Organização de Mulheres Assentadas e Quilombolas do Estado de São
Paulo

PCP- Pentaclorofenol

PNPM- Plano Nacional de Políticas para as Mulheres

PRONAF- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura
Familiar

SPG- Sistema Participativo de Garantia de Qualidade Orgânica

TCLE – Termo de Consentimento Livre Esclarecido

UFSCAR - Universidade Federal de São Carlos

Sumário

1. Introdução	14
2. Bases teóricas e conceituais da pesquisa	19
3. As mulheres no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).....	25
4. Assentamento Horto Bela Vista e as mulheres na sua construção	30
5. O trabalho das mulheres camponesas e sua atuação política no assentamento Horto Bela Vista.....	39
5.1 Agroecologia como prática construída pelas mulheres do assentamento	51
6. Considerações Finais	56
7. Referências bibliográficas	58

1. Introdução

A luta pelo acesso à terra no território brasileiro é reconhecida desde o período colonial até os dias atuais, e a concentração fundiária molda de forma persistente a realidade do campo. Nesse contexto, Martins (2019) aponta que, a partir da Lei de Terras de 1850, a configuração territorial brasileira passou a se basear não apenas na liberdade do sujeito, mas sobretudo na posse de pecúlio para a compra da terra. Portanto, aqueles que não o possuíam estavam condenados a vender a sua força de trabalho aos grandes proprietários, situação que o autor denomina de coerção laboral do homem livre afirmando que, se a terra fosse livre, o trabalhador deveria ser escravizado e se o trabalho fosse livre, a terra precisava ser escravizada. Com a terra, sem dono, a produção de capital se daria a partir do trabalho escravo, ao passo que, sendo trabalho livre, a terra deveria ser privatizada para que o trabalhador não tivesse acesso a ela. Ou seja, o cativo da terra integra a própria estrutura social brasileira.

É válido ressaltar que a constituição do território nacional, conforme destaca Martins (2019), ocorreu sob a lógica da economia colonial, que priorizava a exportação de matérias-primas e subordinava a produção ao comércio externo, resultando na formação de grandes extensões de terras voltadas ao cultivo para exportação. Dessa forma, a concentração fundiária seguiu por meio de políticas públicas que historicamente privilegiaram os interesses do agronegócio em detrimento da agricultura camponesa, aprofundando as desigualdades sociais no campo. Diante desse cenário, amplos segmentos da população foram sistematicamente privados do acesso à terra, condição que revela as complexas disputas presentes nesse espaço.

Em resposta a essa realidade, emergiram múltiplas formas de resistência e organização coletiva na luta pela terra e contra os latifúndios. Um dos maiores e mais importantes movimentos sociais neste aspecto é o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que é fruto desse processo histórico e tem como referência de luta a conquista da terra, a reforma agrária e uma sociedade mais justa. Suas formas de luta se construíram a partir de ocupações de terras improdutivas e acampamentos como práticas e instrumentos políticos e simbólicos, articulando-se não apenas como meio de conquista da terra, mas também como forma de questionar as estruturas históricas de dominação e exclusão que moldaram o território brasileiro.

No que diz respeito à Reforma Agrária, é importante afirmar que é uma demanda histórica dos movimentos sociais do campo, em especial daqueles organizados em torno da luta

pela terra. Segundo Stédile e Fernandes (1999) a Reforma Agrária representa uma necessidade histórica, social e econômica, voltada à superação do problema estrutural da terra e à promoção da justiça social no campo. Democratizar o acesso à terra significa, não apenas corrigir uma injustiça histórica, mas também viabilizar a produção de alimentos saudáveis e fomenta práticas sustentáveis de ocupação do território, garantindo uma sociedade mais justa.

Sendo assim, a luta pela terra ultrapassa a ideia de redistribuição fundiária, pois envolve dimensões sociais, culturais e políticas que estruturam as relações estabelecidas no campo. Nesse processo, diversos sujeitos sociais participam da construção e da defesa do território, entre os quais se destacam as mulheres, cuja presença é fundamental e constante nas dinâmicas da luta pela terra. Contudo, apesar de sua participação ativa nas ocupações, na organização coletiva e na manutenção dos assentamentos, a atuação feminina nem sempre é reconhecida ou visibilizada. As narrativas predominantes tendem a enfatizar o papel masculino, relegando às mulheres, de acordo com Paula (2015) o papel de ajuda, o que invisibiliza as mulheres economicamente, uma vez que, o trabalho feminino nos assentamentos como a produção para o autoconsumo com quintais produtivos que garante a reprodução familiar, não é contabilizado por não gerar diretamente renda. Dessa forma, segue a reprodução das desigualdades de gênero que atravessam a luta pela terra.

Nesse sentido, a formação histórica das desigualdades no campo não pode ser compreendida apenas a partir das disputas fundiárias ou das relações de classe, pois ela também se sustenta em hierarquias socialmente construídas que atravessam o cotidiano e a organização do trabalho. Entre essas hierarquias, destacam-se as relações de gênero, que estruturam tanto as formas de inserção das mulheres nos processos produtivos quanto sua participação nos espaços de decisão. Assim, é importante mencionar que nesta pesquisa, o gênero é concebido como categoria constitutiva das relações de poder, entendidas, à luz de Bourdieu (2011), como mecanismos que produzem e legitimam distribuições desiguais de posições e privilégios entre os sujeitos sociais.

Embora a luta pela terra seja amplamente analisada sob a ótica das disputas pelo território e da organização de classe, a atuação das mulheres nesses processos ainda tende a ser secundarizada ou tratada como complementar. É nesse contexto que se insere o recorte analítico dessa pesquisa, o Assentamento Horto Bela Vista, localizado no município de Iperó/SP. Portanto, ao investigar a atuação das mulheres na luta pela terra e na construção do território, busca-se evidenciar como sua inserção nas práticas produtivas e na organização comunitária não apenas contribui para a reprodução social do assentamento, mas também questiona a lógica

patriarcal historicamente presente no campo. Dessa forma, a dimensão de gênero é uma categoria indispensável para a compreensão dos processos territoriais vivenciados no espaço agrário.

Cabe mencionar que a escolha dessa pesquisa decorre das experiências, observações e vivências construídas ao longo da graduação, especialmente a partir do contato com o assentamento estudado nos trabalhos de campo. Somam-se a esse percurso as vivências junto à classe camponesa no contexto familiar e a condição de pesquisadora mulher, elementos que contribuíram para a sensibilidade analítica em relação às relações estabelecidas com a terra e às lutas cotidianas pela sobrevivência. Portanto, essas experiências prévias orientaram o interesse pela temática e fundamentaram a construção do olhar investigativo adotado ao longo da pesquisa.

Considerando o exposto, o objetivo geral desta pesquisa consiste em compreender de que maneira as mulheres se inserem como agentes constituintes do território no movimento de luta pela terra. Para alcançar esse propósito são definidos como objetivos específicos, analisar o processo de inserção das mulheres na luta pela terra; discutir a dimensão de gênero no interior desse movimento, considerando as relações de poder que o estruturam; identificar as formas de violência e exploração enfrentadas pelas mulheres que participam da luta pela terra; refletir como a questão de gênero se articula aos processos de produção e reprodução do espaço agrário e, por fim, refletir sobre o tratamento da categoria gênero na área da Geografia, contribuindo para o aprofundamento teórico das análises sobre a questão agrária.

Para alcançar os objetivos propostos, a pesquisa foi desenvolvida a partir de uma abordagem qualitativa, fundamentada em procedimentos que incluem o trabalho de campo e a realização de entrevistas. O trabalho de campo constituiu um instrumento central da investigação, uma vez que possibilitou o estabelecimento de uma relação com as mulheres assentadas, permitindo a apreensão das dinâmicas sociais e territoriais vivenciadas no Assentamento Horto Bela Vista. Nesse contexto, foram realizados seis trabalhos de campo que envolveram a realização de registros fotográficos, mapeamento do território e o contato direto para a realização das entrevistas, o que viabilizou a coleta de informações contextualizadas e a compreensão das práticas cotidianas relacionadas à produção, à organização comunitária e à luta pela terra.

As entrevistas possibilitaram o acesso às experiências, percepções e práticas sociais das mulheres assentadas. Compreendidas não apenas como instrumentos de coleta de dados, mas como espaços de produção de narrativas socialmente situadas. Essa ferramenta permitiu

apreender como essas mulheres interpretam suas trajetórias na luta pela terra e sua atuação na constituição do território. Foram realizadas entrevistas individuais com quatro mulheres do assentamento, escolhidas a partir de sua participação ativa nas dinâmicas locais e na luta pela terra, e sob o critério de terem participado do momento de acampamento do assentamento Horto Bela Vista, sendo mulheres com idades entre 50 e 60 anos. Para a realização das entrevistas, inicialmente foi estabelecido contato com uma das participantes da pesquisa, com quem já havia sido desenvolvido vínculo anterior durante a graduação. A partir desse primeiro contato, a entrevistada colaborou indicando e fornecendo o contato das demais participantes, possibilitando a ampliação da rede de interlocutoras da pesquisa.

Optou-se pela realização de entrevistas semiestruturadas com quinze perguntas, que possibilitaram a articulação entre um roteiro previamente orientado pelos objetivos da pesquisa e a abertura necessária para que as entrevistadas elaborassem suas falas a partir de suas vivências, experiências e percepções. As entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas, preservando as características da oralidade das participantes. Atendendo à solicitação das entrevistadas, suas identidades foram preservadas, não sendo mencionados seus nomes ao longo da dissertação. Para fins de identificação e organização da análise, cada assentada será referida por meio de numeração sequencial, identificadas como entrevistada 1, entrevistada 2, entrevistada 3 e entrevistada 4.

É válido mencionar que como a pesquisa envolve a participação de pessoas por meio da realização de entrevistas, o projeto foi submetido à apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), por meio da Plataforma Brasil, sistema nacional responsável pelo registro e acompanhamento de pesquisas que envolvem seres humanos. O estudo foi aprovado conforme o Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE) nº 84517724.5.0000.5504. Dessa forma, todos os procedimentos adotados nesta investigação seguem as diretrizes e normas éticas estabelecidas para pesquisas com participantes humanos, assegurando o respeito, a dignidade e a proteção das participantes. As entrevistadas foram previamente informadas sobre os objetivos da pesquisa, os procedimentos de coleta de dados e a utilização das informações, sendo convidadas a participar de forma voluntária mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Também foi garantido o direito de recusa ou desistência em qualquer momento da pesquisa.

As narrativas produzidas no decorrer das entrevistas foram analisadas em diálogo com o referencial teórico adotado, especialmente no que se refere às categorias de território e gênero. Esse procedimento analítico contribuiu para o aprofundamento das reflexões sobre os processos

territoriais e as relações de poder que atravessam a luta pela terra, permitindo articular os dados às interpretações teóricas mobilizadas ao longo da dissertação.

Para o desenvolvimento das análises propostas, a dissertação está organizada em quatro capítulos, além das considerações finais. O primeiro capítulo, intitulado de *Bases teóricas e conceituais da pesquisa*, apresenta o referencial teórico que fundamenta o estudo, abordando a questão agrária, o conceito de território no âmbito da Geografia e a categoria gênero. O segundo capítulo, *Gênero dentro do MST* discute a inserção das mulheres no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, analisando as relações de gênero presentes na luta pela terra e nos processos organizativos do movimento. O terceiro capítulo, *Horto Bela Vista*, dedica-se à análise do recorte da pesquisa, e o quarto capítulo que tem como título o *trabalho das mulheres camponesas e sua atuação política no assentamento Horto Bela Vista* e articula as entrevistas realizadas com as mulheres assentadas às categorias teóricas mobilizadas e a um sub-capítulo intitulado de *Agroecologia como prática construída pelas mulheres assentadas* que busca evidenciar o trabalho e resistência dessas mulheres por meio de uma prática ancestral. Por fim, nas *Considerações finais*, são retomados os principais resultados e reflexões da pesquisa, evidenciando o papel das mulheres como agentes constituintes do território e os desafios enfrentados.

2. Bases teóricas e conceituais da pesquisa

A compreensão da realidade investigada nesta pesquisa exige a mobilização de um conjunto de categorias teóricas e conceituais que permitem analisar as dinâmicas sociais, políticas e espaciais que atravessam a luta pela terra. Nesse sentido, este capítulo busca apresentar e discutir as principais categorias e conceitos que fundamentam a análise com destaque para o território e gênero, compreendidos como categorias analíticas centrais para interpretar a atuação das mulheres no Assentamento Horto Bela Vista. Portanto, entende-se que essas categorias constituem instrumentos fundamentais para a leitura das relações de poder, práticas sociais e das formas de apropriação e organização do território no contexto da luta camponesa.

O conceito de território é amplamente debatido no campo da Geografia, constituindo uma categoria fundamental para a compreensão das relações socioespaciais estabelecidas no meio agrário brasileiro. Dessa forma, o território na Geografia Agrária pode ser analisado como o espaço concreto de produção, conflito e reprodução das relações sociais no campo. Nesse sentido, Oliveira (2007) compreende o território como espaço central da reprodução do capital na agricultura, marcado pela concentração fundiária, pela subordinação da renda da terra ao capital e pela permanência de relações não capitalistas de produção. Oliveira (2007) aponta que a terra assume papel singular enquanto meio de produção, pois, embora não seja produto do trabalho humano, possibilita a apropriação da renda fundiária, sendo um elemento estratégico da acumulação capitalista.

Assim, o desenvolvimento do capitalismo no campo ocorre de forma desigual e contraditória, produzindo simultaneamente processos de expropriação e de recriação do campesinato que permanecem no território, muitas vezes, de maneira subordinada ao capital comercial, financeiro e industrial. Sendo importante destacar que para Oliveira (2007) a luta pela terra não se restringe à posse jurídica do solo, mas envolve a construção do território, no qual, o acesso à terra possibilita a reprodução social das famílias e a afirmação de formas próprias de organização dos modos de trabalho, produção e da vida. Assim, esse território se contrapõe ao território do capital, uma vez que se orienta por diferentes perspectivas, centradas não apenas na acumulação, mas na sobrevivência, autonomia e no uso social da terra.

Contudo, o território rural é um espaço de conflito permanente, pois há o confronto de projetos distintos, de um lado, o agronegócio e a lógica da mercantilização da terra e de outro o campesinato e a luta pela permanência e reprodução social no território. Esse embate

evidencia que o território não pode ser compreendido apenas como um espaço físico ou produtivo, mas como uma construção social atravessada por relações de poder. Nesse sentido, Fernandes (2005) compreende o território como uma totalidade, constituída a partir das relações sociais e das diferentes escalas geográficas que o formam e o diferenciam no interior dessa totalidade. Para o autor os territórios apresentam caráter multidimensional, sendo essa totalidade apreendida somente quando se considera a articulação entre a dimensão política e as demais dimensões que o compõem, tais como a social, ambiental, cultural e a econômica. É importante mencionar que Fernandes (2005), enfatiza que os territórios não são homogêneos nem estáticos, mas resultam de processos contínuos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização, impulsionados pelas ações do Estado, do capital e dos movimentos sociais.

Dessa forma, no contexto da reforma agrária, a criação dos assentamentos representa um processo de reterritorialização camponesa, no qual a luta pela terra se transforma em luta pela permanência e pelo reconhecimento do território como espaço de vida, trabalho e identidade. Nesse sentido, segundo Fernandes (2005), os movimentos sociais do campo produzem novos territórios a partir da resistência à concentração fundiária e a lógica excludente da estrutura agrária brasileira. Sendo assim, o assentamento deve ser compreendido como um território político e social, socialmente produzido, dinâmico e vivo. É válido acrescentar na reflexão sobre território a perspectiva do geógrafo Milton Santos, que contribui afirmando que o território deve ser compreendido a partir do seu uso, pois segundo Santos (1999) são as relações sociais, políticas e econômicas que formam o território, não sendo portanto, uma sobreposição de sistemas naturais e de objetos no espaço geográfico mas sim o que é construído historicamente pela sociedade.

Por fim, compreender o assentamento como território implica também reconhecê-lo como um espaço atravessado por relações de poder que não se limitam aos conflitos externos, mas se manifestam internamente na organização social, nas hierarquias simbólicas e nas divisões sociais do trabalho. O território, portanto, não é isento de contradições, sendo constituído por disputas internas, negociações e diferenças que atravessam as relações sociais. Essa abordagem permite analisar o território como um campo relacional, no qual diversos sujeitos ocupam posições distintas de poder, visibilidade e reconhecimento, revelando que a produção territorial envolve tanto processos de resistência quanto de reprodução de desigualdades sociais. Assim, o território se configura como uma totalidade complexa, marcada por tensões, conflitos e articulações que estruturam as formas de viver, produzir e se organizar no espaço. É precisamente no interior dessa totalidade contraditória que estão as relações sociais

que a produzem e a transformam.

Nesse contexto, as mulheres não podem ser compreendidas apenas como sujeitos que habitam o território, mas como agentes ativos em sua produção, manutenção e ressignificação. Suas práticas cotidianas, formas de organização, estratégias de sobrevivência e atuação política constituem dimensões fundamentais da construção territorial, ainda que frequentemente desvalorizadas ou invisibilizadas pelas leituras tradicionais da questão agrária. Ao reconhecer o território como um espaço socialmente produzido e atravessado por relações de gênero, torna-se possível compreender que a atuação das mulheres se insere diretamente nos processos territoriais, não apenas no plano produtivo, mas também na reprodução da vida, no cuidado, na organização comunitária e na sustentação das dinâmicas sociais do assentamento. Dessa forma, a análise territorial se articula diretamente à categoria gênero, permitindo compreender as mulheres como sujeitos constitutivas da luta pela terra e suas dificuldades.

Nesse sentido, a categoria de gênero tem sido amplamente discutida nas ciências humanas e sociais, assumindo diferentes abordagens e significados. Nesta pesquisa a revisão bibliográfica busca evidenciar como esse conceito foi incorporado pela Geografia e de que maneira contribuiu para a compreensão das desigualdades no espaço agrário brasileiro.

Entre as autoras que contribuíram para o aprofundamento das discussões sobre gênero é possível destacar Judith Butler, que tem uma perspectiva pós estruturalista propondo uma visão fluida que ultrapassa as oposições biológica e as normas socialmente construídas, sendo válido que essa autora contribui para se compreender as construções de identidades e corpos, pois para a mesma, o gênero é um processo inacabado em constante devir, constituído por múltiplas divergências e convergências. Butler (2024) destaca que existem estruturas de controle sobre os corpos vinculadas à hegemonia heterossexual, que regulam e produzem as identidades de gênero. Entre suas escritas destaca-se a afirmação de que o pessoal é político, propondo uma ampliação do conceito de político, ou seja, a análise deve ultrapassar a esfera pública e alcançar o cotidiano e as experiências individuais. Dessa forma entra no debate político temas que antes eram considerados pertencentes apenas ao âmbito privado.

Entre diversas obras sobre a presente temática, Paula (2015) menciona que a questão de gênero é fortemente debatida nos espaços pela ótica feminista e que em países como o Brasil, Chile, Argentina, México e Peru as ideias do feminismo surgiram na primeira metade do século XIX por meio da imprensa feminista. É válido ressaltar que segundo Rago (2003) a discussão de gênero que o movimento feminista trouxe fez com que mulheres brasileiras passassem a atuar em diferentes áreas como em sindicatos, partidos políticos e nos movimentos

de mulheres, este último ganha maior visibilidade a partir da década de 1970 e tem como os centros de criação as periferias de cidades e trabalha com o apoio de algumas igrejas e grupos políticos.

Rago (2003) diz que o movimento de mulheres neste período tinha como pauta as lutas para melhorias no transporte e na qualidade de vida de modo geral e não focando tanto na desigualdade de gênero. De acordo com Paula (2015) paralelamente a isso o conceito de gênero foi apropriado pela academia e utilizado por pesquisadores de diferentes linhas teóricas como marxismo, pós-estruturalismo, lacanismo, feminismo radical entre outros.

Neste contexto, Conceição (2009) aponta que o conceito de gênero pode ser analisado a partir de três principais perspectivas teóricas, sendo a primeira a teoria do patriarcado que explica as relações de gênero com base na dominação masculina sobre as mulheres. A segunda é a abordagem marxista do feminismo centrada na divisão sexual do trabalho e nas desigualdades produzidas pelas relações de produção. Por fim, a terceira é a perspectiva psicanalítica voltada à formação da identidade dos sujeitos.

Dessa forma Paula (2015) ressalta que independentemente da corrente teórica adotada o conceito de gênero tem como base comum a distinção entre sexo e gênero. Segundo a autora é essencial compreender que não se trata do mesmo conceito, o sexo refere-se a características biológicas e anatômicas enquanto o gênero está relacionado a construções sociais que definem identidades e papéis atribuídos ao feminino e ao masculino. Assim, a identidade e a expressão de gênero podem não corresponder ao sexo designado no nascimento como ocorre com pessoas transgênero.

Portanto, gênero deve ser entendido como uma construção social e histórica de caráter plural, sem atributos naturais que definem homens e mulheres, mas sim como um conjunto de características produzidas socialmente. Essa construção se organiza frequentemente a partir de uma estrutura dual que estabelece hierarquias e valoriza atributos considerados masculinos, e esse pensamento binário, hierarquizado produz consequências diretas nas vivências espaciais. É interessante mencionar que segundo Bereni *et al.* (2012), a dicotomia entre o feminino e o masculino gera oposições como fraco e forte que embora frequentemente tratadas como neutras evidenciam e reproduzem construções simbólicas de desigualdade.

Dessa forma, a inserção da categoria gênero na Geografia possibilitou avanços teóricos e metodológicos que segundo Silva (2009), ampliaram os estudos espaciais ao considerar as relações de gênero como elemento constitutivo da organização do espaço. Essa perspectiva reconhece que toda forma de organização espacial está relacionada às construções sociais e às

relações de poder que as produzem. No entanto, por muito tempo tais discussões foram tratadas apenas como uma questão das mulheres restrita a um grupo ainda minoritário dentro da área, o que dificultou o reconhecimento de que as relações de gênero são fundamentais para compreender a construção do território. A incorporação da categoria gênero aos estudos geográficos no Brasil contou com contribuições relevantes de pesquisadoras que se dedicaram a compreender a condição feminina no campo. A geógrafa Rossini (1993) ressalta que o conceito de gênero é relativamente recente nas ciências sociais, por se referir às dimensões socialmente construídas do masculino e do feminino. Nessa mesma direção, McDowell (1999), destaca que as definições de feminino e masculino não são fixas, mas se transformam historicamente variando conforme o tempo, espaço e as relações sociais em que se inserem.

Silva (2009) afirma que as hierarquias entre homens e mulheres não se explicam por diferenças biológicas, mas pelas representações e simbolizações socialmente produzidas. Para a autora, o gênero é um conjunto de ideias e significados acerca do que é ser homem e o que é ser mulher, construído historicamente nas relações sociais e nas lutas cotidianas. Assim como apontado por McDowell, há a recusa ao determinismo biológico e a reafirmação do caráter social e cultural das relações de gênero. Compreender o gênero, portanto exige reconhecer sua pluralidade e suas intersecções com outros marcadores sociais como classe, raça e religião uma vez que as mulheres vivenciam essas dimensões de forma simultânea e interdependente, e a pluralidade que segundo Paula (2015) melhor representa a mulher do campo.

Dessa forma, a categoria gênero compreendida como construção social e histórica, constitui-se como uma ferramenta analítica fundamental para a leitura crítica das relações sociais no território. Ao articular gênero com outros marcadores estruturantes como a classe camponesa, raça e religião torna possível compreender as múltiplas formas de desigualdade, subordinação e invisibilização que atravessam as experiências femininas, bem como os modos pelos quais essas mulheres constroem estratégias de resistência, organização e centralidade.

Nesse sentido o gênero não se apresenta apenas como uma dimensão identitária, mas como uma estrutura organizadora das relações de poder que se materializam no espaço e nos processos de produção territorial. Essa perspectiva teórica permite, portanto, analisar as mulheres assentadas não como sujeitos passivos da luta pela terra, mas como agentes constituintes do território, cujas práticas, saberes e trajetórias contribuem diretamente para a construção social, política e simbólica do assentamento.

Outro aspecto fundamental para entender a dinâmica de gênero é a divisão sexual do trabalho na sociedade contemporânea. Para contribuir com a presente pesquisa será utilizada a

análise desenvolvida por Silvia Federici que permite compreender a materialidade do trabalho. Para a autora, a divisão sexual do trabalho é a maneira como as tarefas e responsabilidades são distribuídas entre homens e mulheres, tanto na esfera produtiva como reprodutiva, Federici (2009) destaca que essa divisão não é apenas uma questão de escolha individual, mas uma construção histórica enraizada no sistema patriarcal.

Essa segregação não só desvalorizou o trabalho feminino, mas também o tornou invisível. Federici (2009) destaca que a reprodução da força de trabalho é uma condição fundamental para a produção capitalista, mas, paradoxalmente esse trabalho é considerado não produtivo e, portanto, desvalorizado.

Os impactos da divisão sexual do trabalho são profundos, como por exemplo a relegação das mulheres ao trabalho doméstico, que perpetua a desigualdade de gênero, limitando sua participação na esfera pública e em atividades econômicas. Federici (2009) enfatiza que essa divisão é uma forma de controle social que mantém as mulheres em posições de subordinação, restringindo suas oportunidades de autonomia e desenvolvimento. Além de contribuir para a exploração econômica das mulheres, Federici (2009) aponta que as mulheres realizam trabalho não remunerado em casa, e muitas vezes também enfrentam jornadas duplas como trabalhadoras em setores precarizados, recebendo salários inferiores. Essa situação resulta em uma sobrecarga significativa, reforçando um ciclo de exploração que perpetua a pobreza e a dependência.

Dessa forma, as discussões teóricas apresentadas neste capítulo permitiram construir o arcabouço analítico que sustenta a presente pesquisa. Ao articular as categorias território, gênero e luta pela terra, compreende-se que o assentamento não pode ser interpretado apenas como resultado de uma política agrária, mas como espaço socialmente produzido, atravessado por relações de poder, disputas simbólicas e práticas cotidianas de resistência. A incorporação do debate de gênero evidencia que tais dinâmicas não se dão de forma neutra, mas são estruturadas por hierarquias historicamente constituídas, ainda que constantemente tensionadas pela atuação das mulheres. Assim, o referencial teórico mobilizado não se encerra como fundamento abstrato, mas constitui ferramenta analítica para compreender como, no Assentamento Horto Bela Vista, as mulheres atuam como agentes constituintes do território, dimensão que será aprofundada a partir da construção dos capítulos seguintes.

3. As mulheres no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) surge no contexto das profundas transformações sociais, econômicas e políticas que marcaram o campo brasileiro ao longo do século XX. De acordo com Fernandes (2005) sua origem está diretamente relacionada à histórica concentração fundiária no país, herança do período colonial, da estrutura latifundiária e das políticas agrárias excludentes que marcaram a formação do território brasileiro. A modernização conservadora da agricultura, intensificada a partir da década de 1960, promoveu a mecanização do campo, expansão do agronegócio e a expropriação de milhares de famílias camponesas de seus territórios, produzindo um amplo processo de desterritorialização e marginalização social.

Nesse cenário de exclusão, marcado pelo desemprego rural e pela concentração de terras, a luta pela reforma agrária passa a se reorganizar de forma mais estruturada, especialmente a partir do final da década de 1970 e início dos anos 1980. Segundo Fernandes (2005) as ocupações de terras, os acampamentos e as formas coletivas de resistência passam a se consolidar como estratégias centrais de enfrentamento à estrutura fundiária. É nesse contexto que em 1984 o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra se organiza nacionalmente como movimento social, articulando diferentes experiências regionais de luta pela terra em um projeto político unificado. Desde sua origem, o MST não se constituiu apenas como um movimento de reivindicação fundiária, mas como um movimento social de caráter político, social e territorial que compreende a terra como condição fundamental para a dignidade, a cidadania e a justiça social. A luta pela terra passa a ser entendida como luta por direitos, por reconhecimento e por transformação estrutural da sociedade rural brasileira. Os acampamentos e assentamentos tornaram-se espaços de organização coletiva, formação política e construção de identidades sociais, onde se produzem novas formas de sociabilidade, trabalho e pertencimento territorial.

Sabe-se que desde os primeiros processos de ocupação e organização do MST, a presença das mulheres sempre foi expressiva. Mulheres que são mães, trabalhadoras e camponesas participaram ativamente das ocupações de terra, da construção dos acampamentos e da organização da vida coletiva. No entanto, essa participação inicial esteve marcada por uma forte divisão sexual do trabalho, herdada das estruturas patriarcais do campo brasileiro. De

acordo com Gonçalves (2009), a participação das mulheres dentro do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra se dá em diferentes espaços e momentos, dividindo-a em três, sendo que a primeira forma dessa participação é a ocupação em que com frequência as mulheres estão na linha de frente nos confrontos armados com o aparato repressivo; o segundo é o acampamento, fase em que as mulheres participam politicamente, e é quando as mulheres vivem o mais próximo de uma igualdade de gênero e, o terceiro é o assentamento, sendo o estágio em que se observa, muitas vezes, um recuo feminino para a esfera doméstica. Diante desse cenário é notório que a participação das mulheres dentro do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra é fruto de um processo complexo e contraditório. De acordo com Gonçalves (2009), a questão da mulher dentro do movimento era tratada como assunto interno, não devendo ser publicizada ou discutida. Apesar disso, em 1980 foi organizada a Comissão Nacional de Mulheres do MST, exercendo pressão para que houvesse grupos de mulheres dentro dos acampamentos e assentamentos de cada estado. E assim a mulher foi ganhando mais espaço, tendo em vista que de acordo com Gonçalves (2009) em setembro de 1989 nas primeiras Normas Gerais do MST se inclui um capítulo denominado Articulação das mulheres, chamando atenção para a necessidade de organizar uma comissão de mulheres em nível nacional. Dessa forma, as mulheres passaram a participar de assembleias, setores organizativos, frentes de mobilização e articulações políticas, tanto em nível local quanto regional e nacional. Esse processo não ocorreu de forma linear ou sem conflitos, mas foi resultado de disputas internas, enfrentamentos simbólicos e transformações culturais no interior do próprio movimento.

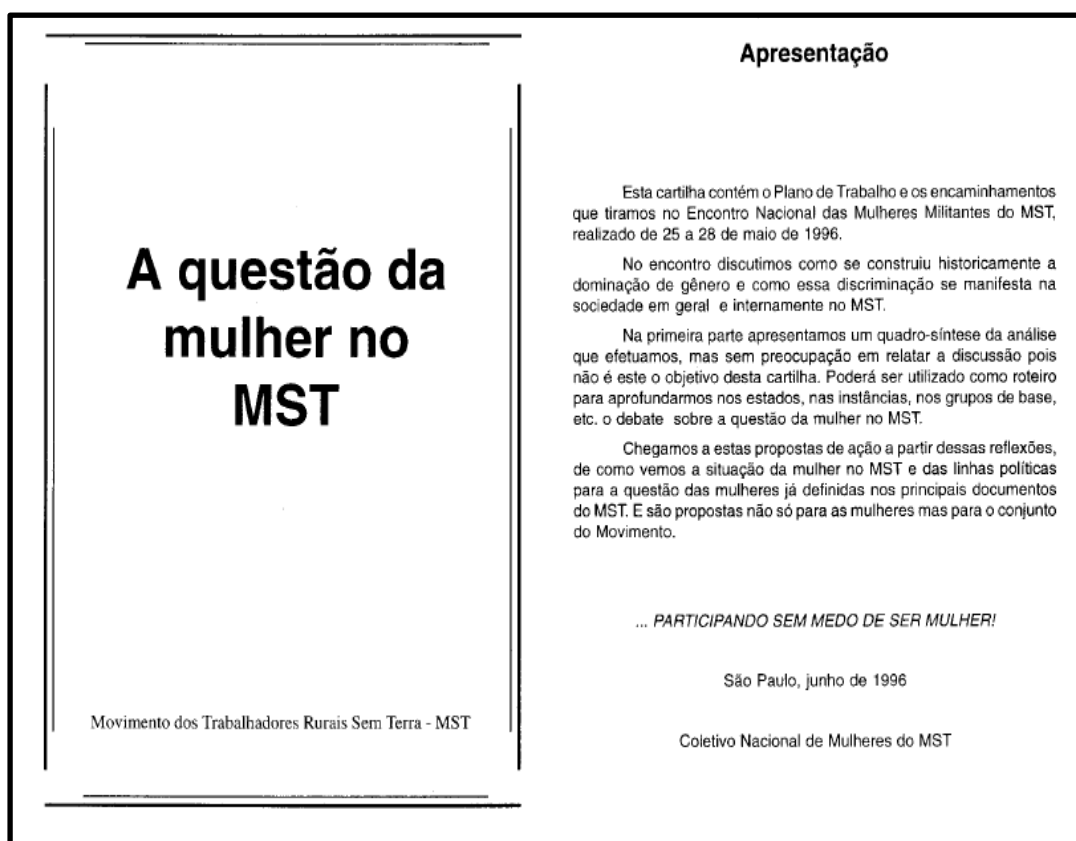
Para composição da presente análise, foi utilizada como fonte documental a cartilha elaborada pelo Coletivo Nacional de Mulheres do MST (figura 1). publicada em junho de 1996, produzida a partir do Encontro Nacional das Mulheres Militantes do MST, realizado entre os dias 25 e 28 de maio de 1996. Trata-se de um documento de caráter político organizativo que sistematiza o plano de trabalho e os encaminhamentos políticos construídos coletivamente no encontro, tendo como objetivo central problematizar a condição da mulher no interior do movimento e de forma mais ampla na sociedade brasileira.

A cartilha evidencia a articulação entre dominação de gênero e estrutura social, ao indicar que a discriminação contra as mulheres não se restringe ao espaço privado ou doméstico, mas atravessa as relações sociais, organizativas e políticas do movimento. Essa leitura rompe com interpretações naturalizantes das desigualdades, deslocando o problema da esfera individual para o plano estrutural, o que permite compreender a condição feminina no MST como produto de relações históricas de poder, e não como resultado de escolhas pessoais ou

culturais isoladas.

O documento ressalta a tensão permanente entre o projeto político emancipatório do movimento e as práticas sociais que se reproduzem em seu interior. Ao reconhecer que a discriminação de gênero se manifesta internamente no MST, o documento explicita as contradições entre discurso e prática, revelando que a luta pela terra e pela reforma agrária não implica, automaticamente a transformação das relações sociais de gênero. Essa tensão indica que a construção de um projeto político alternativo no campo envolve disputas internas contínuas, nas quais a questão das mulheres se insere como campo de conflito e negociação.

Figura 1 - Capa e apresentação da cartilha “A questão da mulher no MST



Fonte: Coletivo Nacional de Mulheres do MST (1996)

Outro aspecto relevante é o caráter pedagógico-político do documento, que não se apresenta apenas como registro analítico, mas como instrumento de formação e organização. Ao propor que a cartilha seja utilizada como roteiro de debate nas diferentes instâncias do movimento, o texto atribui à formação política um papel central na transformação das relações de gênero, indicando que a mudança não se dá apenas por meio de normas ou diretrizes formais, mas pela construção coletiva de consciência crítica e reorganização das práticas sociais.

Observa-se ainda que o documento constrói a pauta das mulheres como responsabilidade coletiva e não somente das mulheres. Ao afirmar que as propostas se dirigem ao conjunto do movimento, a cartilha desloca a questão de gênero de um campo identitário restrito para uma dimensão política ampla, vinculada ao projeto coletivo do MST. Essa formulação rompe com a lógica da pauta específica e insere a desigualdade de gênero como problema estrutural da organização social camponesa.

Portanto, as desigualdades de gênero atravessam a organização do trabalho, a divisão de funções, os espaços de decisão e os processos formativos, configurando uma territorialidade marcada por assimetrias de poder. Assim, a questão da mulher não se apresenta apenas como dimensão social, mas como elemento constitutivo da organização territorial do movimento. Por fim, a cartilha revela a construção de um campo político específico das mulheres no interior do MST, no qual a organização coletiva se apresenta como estratégia central de enfrentamento das desigualdades. A ênfase na organização e na participação indica que a superação das formas de dominação não é concebida como resultado espontâneo da luta pela terra, mas como um processo político contínuo, atravessado por disputas internas, formação ideológica e reorganização das práticas sociais. Assim, a mulher dentro desse movimento não se constitui apenas como participante da luta, mas como sujeito político e territorial, que constrói espaços, relações sociais e formas de organização coletiva. Sua atuação transforma o movimento, ressignifica o território e redefine as formas de organização social no campo.

A trajetória das mulheres no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra evidencia que sua participação sempre foi central, ainda que historicamente invisibilizada. Desde os primeiros processos de ocupação até a consolidação do MST como movimento social organizado, as mulheres estiveram presentes, sustentando materialmente a luta, organizando a vida coletiva e garantindo a permanência nos territórios. Ao longo desse processo histórico, essa presença se transforma em ações políticas, organização autônoma e construção de lideranças femininas. Portanto, segundo Gonçalves (2009) as mulheres passam de apoiadoras invisíveis a sujeitas políticas da luta pela terra, afirmando-se como agentes centrais da organização da luta e na produção territorial. Desse modo, compreender a história desse movimento social a partir da presença das mulheres permite reconhecer que a luta pela terra é também uma luta por reconhecimento, igualdade e transformação das relações de gênero. A mulher de acordo com Gonçalves (2009) não apenas ocupa a terra, mas ocupa espaços políticos, constrói territórios e redefine os sentidos da luta social no campo. Assim, a análise da trajetória das mulheres no interior do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra permitiu

compreender que sua atuação não se restringe à dimensão organizativa ou à participação política formal, mas se insere como elemento estruturante da própria constituição do movimento e de seus territórios.

Assim, compreender a trajetória feminina no interior do MST se torna fundamental para analisar no plano concreto do assentamento, como essas dinâmicas se materializam, se transformam ou se reconfiguram nas experiências cotidianas das mulheres assentadas.

4. Assentamento Horto Bela Vista e as mulheres na sua construção

Transformar a realidade é uma urgência que se expressa na luta por justiça e dignidade diante das desigualdades históricas. Como afirma Vieira (2019), se o ar não se movimenta, não tem vento, se a gente não se movimenta, não tem vida, o movimento que constrói os assentamentos é, portanto, um movimento em favor da vida.

De acordo com Neves (1999) o assentamento se expressa como uma unidade social local de construção de identidade e pertencimento, formada a partir de vivências e experiências compartilhadas de um espaço que busca promover rupturas na sociedade e nas relações de poder. Para o autor participar de um assentamento significa integrar processos de transformação desejados, ainda que nem sempre essa participação decorra de uma vontade política plenamente consciente. Como destaca Neves (1999, p.8) “nem sempre os atores constituídos como assentados foram incorporados por um exercício de expressão da vontade política, mas por serem atingidos por medidas cuja única alternativa é mudar ou redefinir visões de mundo”. Essa realidade é visível na entrevista realizada com uma das assentadas, quando ela diz que

Confesso que no começo eu não acreditava muito que aquilo fosse dar certo né, achava que era muita promessa e pouca solução. Mas a situação de medo, sem casa própria e sem-terra para trabalhar, acabou me levando a procurar o acampamento como uma possibilidade de melhorar de vida né. (Entrevistada 2)

Como mencionado na entrevista, a luta pela terra é uma estratégia de vida, sendo uma alternativa possível diante da ausência histórica de uma distribuição de terra adequada. Assim Neves (1999) aponta que os assentamentos envolvem diferentes agentes entre eles os camponeses, movimentos sociais, sindicatos e o próprio Estado como um processo coletivo e multifacetado, no qual os sujeitos se organizam coletivamente em torno de interesses comuns. Consequentemente, passam a influenciar o poder político em favor das demandas sociais tornando possível a institucionalização da luta.

Neste contexto o assentamento rural na presente pesquisa é compreendido como território, que de acordo com Santos (1999) não se limita à sobreposição de sistemas naturais e de objetos ele deve ser entendido como território usado, isto é, o espaço constituído pela materialidade do chão somada à identidade dos sujeitos que os habitam. Essa identidade está

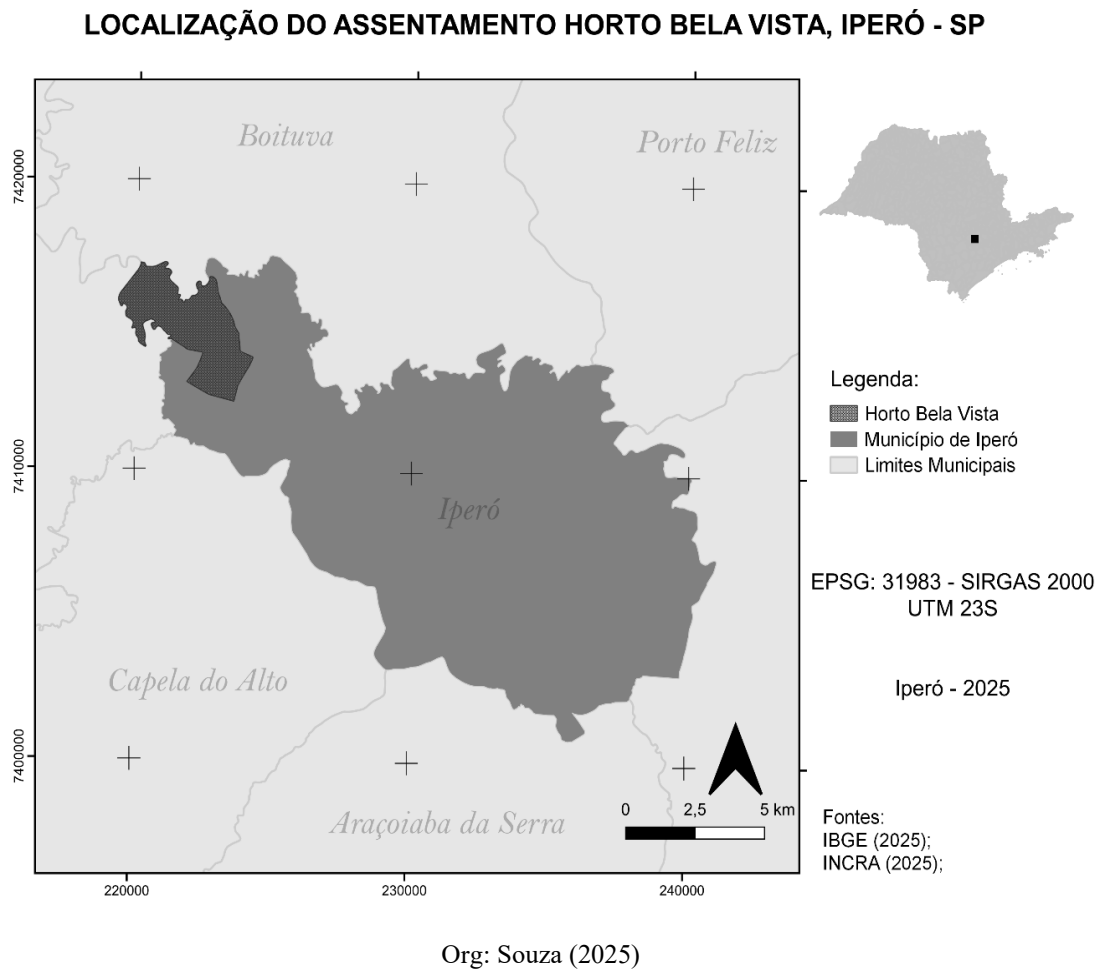
vinculada ao sentimento de pertencer ao que nos pertence e nos forma enquanto coletividade. Portanto, “o território é o fundamento do trabalho, o lugar de residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida” (Santos, 1999, p. 8). Assim, o conceito de território ultrapassa sua dimensão física, articulando-se às suas dimensões sociais e simbólicas.

Portanto, de acordo com Castro *et al.* (2000) o espaço concreto formado por atributos naturais e socialmente construídos é apropriado e ocupado por grupos sociais, tornando-se elemento fundamental na formação de raízes e identidades. Para os autores não é possível compreender um grupo social dissociado de seu território, uma vez que a identidade sociocultural das pessoas está intimamente ligada às características desse espaço como a natureza, o patrimônio e a paisagem. Além disso, destacam que os limites territoriais não são fixos, podendo ser modificados, muitas vezes pela imposição da força. Portanto, as concepções apresentadas sobre o território contribuem para fundamentar as reflexões que compõem esta pesquisa.

Neste contexto, a área de estudo adotada para esta análise é o Assentamento Horto Bela Vista, localizado no município de Iperó (figura 2), interior do Estado de São Paulo. Esse território é resultado de lutas sociais e um conjunto de políticas públicas implementadas no Estado de São Paulo, que de acordo com Gavioli (2010) promoveram a conversão de antigos hortos florestais em áreas destinadas à reforma agrária. Sabe-se que neste período existiam 17 hortos florestais sob domínio da Ferrovia Paulista S.A. (FEPASA), que se encontravam sem uso em virtude das transformações estruturais e do processo de sucateamento da empresa, o que culminou em privatizações.

De acordo com Ferrante *et al* (2012), entre 1996 e 1998 ocorreram em São Paulo diversas mobilizações em defesa da reforma agrária, resultando no reconhecimento de 68 assentamentos pelo Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP). Em 1999, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), por meio da Portaria nº 44, reconheceu oficialmente o Assentamento Bela Vista, com 31 lotes distribuídos em uma área de 1.027,30 hectares.

Figura 2- Mapa localização Assentamento Bela Vista, Iperó -SP



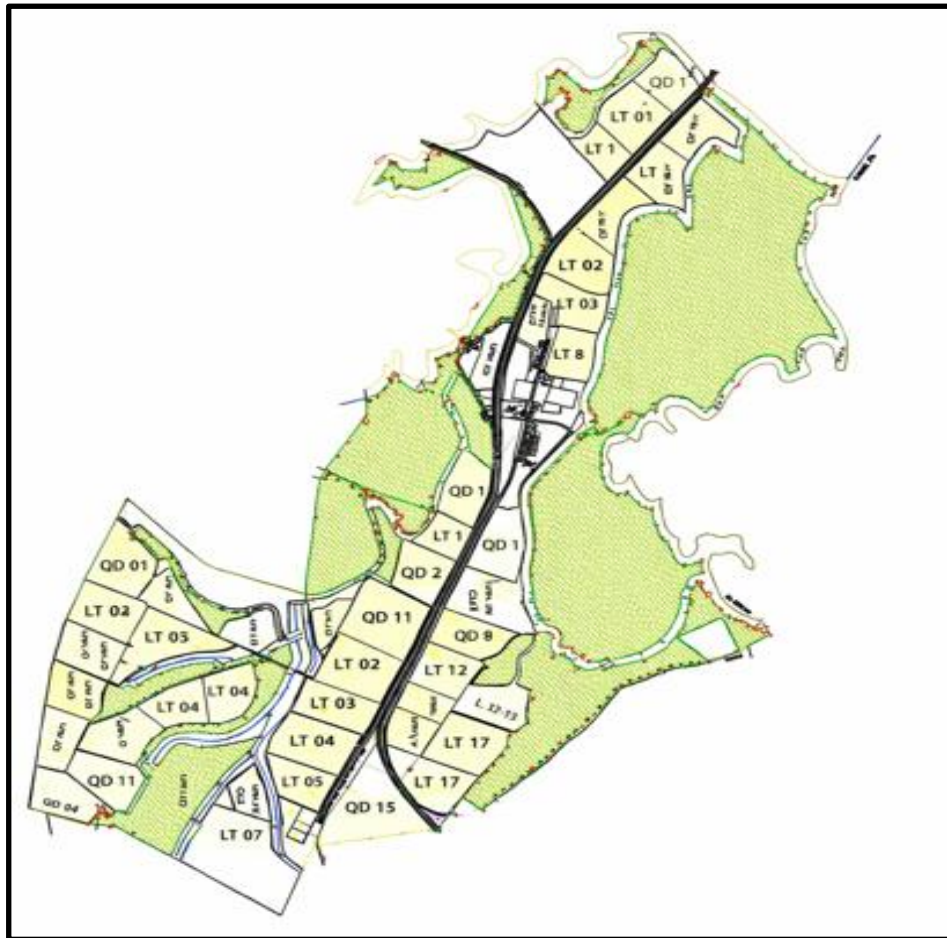
É importante mencionar que para a consolidação do assentamento, os integrantes do MST realizaram uma ocupação e instalaram o acampamento às margens da Rodovia SP-41, que liga a zona industrial de Iperó ao município de Tatuí. De acordo com Pontes (2020) essa área corresponde atualmente aos lotes 22 e 31 do assentamento. De acordo com Viana (2023) a ocupação realizada no final de 1997 teve como objetivo transformar uma terra antes improdutiva em um espaço de moradia para famílias sem-terra, tornando-a produtiva e sócio economicamente viável de modo a garantir o consumo próprio e a geração de renda por meio da produção agrícola.

Esse momento é mencionado pelas entrevistadas como um dos mais difíceis da luta pela terra, pois é marcado pela incerteza e condições precárias, mas é possível perceber em suas falas a resistência cotidiana e construções de vínculos com os outros que estão nesse espaço e

partilham do mesmo objetivo. É importante destacar que essas experiências não se manifestam de forma homogênea entre as mulheres entrevistadas. Com base nas quatro entrevistas realizadas, foi possível identificar trajetórias distintas no interior do acampamento, pois enquanto uma das entrevistadas relata participação ativa em momentos políticos e em processos organizativos, com o registro das reuniões em atas, outra entrevistada não reconhece essa dimensão em sua vivência, afirmando que sua atuação esteve centrada, sobretudo, na permanência durante o acampamento no espaço, visando garantir seu lugar no território, revelando a pluralidades das atuações e percepções femininas da luta.

Nessa conjuntura, as limitações e especificidades do próprio assentamento interferem nas experiências vividas. De acordo com Pontes, Ferrante e Barone (2021) dos 31 lotes do assentamento, apenas 29 estavam aptos para ocupação, pois os lotes 11 e 12 (figura 3) foram interditados devido à alta concentração de pentaclorofenol (PCP). Essa contaminação está relacionada ao uso anterior da área para o cultivo de eucaliptos, cuja madeira era tratada com esse composto extremamente tóxico para os seres humanos e para o meio ambiente. Conforme Pontes (2020), o lote 11 por volta dos anos 2000 foi incorporado à área de reserva legal do assentamento, enquanto o lote 12 permanece interditado.

Figura 3: Levantamento planimétrico do Assentamento Horto Bela Vista



Fonte: ITESP (2019). Elaborado: Pontes, Ferrantes e Baroni (2021)

De acordo com Pontes, Ferrantes e Baroni (2021), o grave problema da degradação e da contaminação das terras destinadas aos assentamentos rurais no Brasil é recorrente. Nesse sentido, Lino (2014) aponta que a maioria dessas áreas apresentam elevado grau de degradação ambiental exigindo processos de recuperação. A partir das falas das entrevistas é possível perceber que as condições do local dificultam a vida no lote após serem assentados, tendo em vista, o registro da fala da entrevistada 1:

Nessa casa aqui eu mudei em 2005, né? Porque em 98 foi feito o assentamento. Até a gente ter crédito, ter condições de começar a fazer a casinha, né? Foi em 2005 que eu mudei nela... Então, eu morava num barraco aqui nesse local mesmo.

Nesse sentido, a permanência no lote é um ato de resistência contínuo, que envolve não apenas a posse formal da terra, mas a luta cotidiana pela sua materialização enquanto espaço de vida. Essa dimensão da permanência dialoga com o que apontam Pontes, Ferrante

e Barone (2021), ao destacarem que as diferentes formas de participação das mulheres no território assentado extrapolam a esfera produtiva, abrangendo também a construção material e simbólica do espaço doméstico e comunitário, sendo essenciais para a consolidação de cultivos diversificados, baseados no respeito à dinâmica ambiental e voltadas à recuperação do território (figura 4). Nesse contexto, Paula (2015) evidencia que as mulheres têm se envolvido cada vez mais na produção dos assentamentos, processo que está intimamente relacionado ao reconhecimento de si mesmas como agentes produtivas e transformadoras da realidade local. No Horto Bela Vista essa atuação ganha contornos ainda mais significativos, pois algumas mulheres se dedicam à agroecologia e assumem papel central na organização coletiva, desafiando as estruturas de dominação masculina e fortalecendo laços comunitários.

Figura 4: Área de cultivo agroecológico no assentamento Horto Bela Vista



Fonte: Souza (2024)

Essa atuação das mulheres na construção da agroecologia também se insere em um movimento mais amplo de fortalecimento das práticas sustentáveis no Assentamento Horto Bela Vista. Pontes (2020) observa que a partir de 2014 novas preocupações com as questões ambientais passaram a ganhar destaque resultando na implantação de Sistemas Agroflorestais

(SAFs) em diversos lotes com o apoio da administração municipal. Nesse mesmo período, os assentados vinculados às Organizações de Controle Social (OCSs) iniciaram sua participação em feiras de produtos orgânicos que ampliaram a visibilidade da produção local. Entretanto, manter a certificação pelos sistemas de Organização de Controle Social (OCS) e Sistema Participativo de Garantia (SPG), esses sistemas de organização de controle e garantia é um mecanismo de reconhecimento de produtos orgânicos que trazem uma tarefa desafiadora. Pontes (2020) destaca que há diversas exigências como o preenchimento dos cadernos de manejo que se torna difícil diante da falta de tempo e em alguns casos da baixa escolaridade das famílias. Mas é possível notar através das falas das entrevistadas que no Horto Bela Vista existe uma rede de solidariedade em que as famílias se apoiam para enfrentar as burocracias do processo, mas essa rede não é composta por todos que moram no assentamento, tendo em vista, que existe famílias que fazem uso do modo de cultivo convencional e enxerga a prática agroecológica de maneira negativa.

Diante disso, o Assentamento Horto Bela Vista, segundo Pontes, Ferrante e Baroni (2021) configura-se atualmente como um verdadeiro mosaico de biodiversidade (figura 5) refletindo em suas dinâmicas sociais, tensões e contradições relacionadas aos diferentes modos de cultivo. Compreender essas dinâmicas permite reconhecer que a consolidação do assentamento não se deu apenas por fatores produtivos, mas por relações sociais marcadas pela cooperação e pela atuação de diversos sujeitos, entre esses destacam-se as mulheres, cuja participação tem sido essencial na construção e na manutenção do território e das práticas agroecológicas.

Figura 5: Biodiversidade fruto das práticas agroecológicas



Fonte: Souza (2025)

Em relação ao papel das mulheres, Pontes, Ferrante e Baroni (2021) afirmam que no Assentamento Horto Bela Vista quatro lotes têm mulheres como titulares e mais de 40% delas são responsáveis pela administração da renda familiar, seja de forma autônoma ou compartilhada com o companheiro. Apesar disso a efetivação da titularidade feminina ainda encontra obstáculos, pois a pesquisa de Pontes, Ferrante e Baroni (2021) salienta que apenas 16% dos lotes estão sob comando de mulheres, número que contrasta com as diretrizes da Portaria nº 981/2003¹ do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que busca assegurar a igualdade de acesso à terra. O estudo também evidencia a relevância de políticas públicas voltadas às trabalhadoras rurais, como o PRONAF Mulher (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar). Essa linha de crédito específica tem como

¹ A Portaria nº 981/2003 do INCRA estabelece que os títulos de terra em assentamentos da reforma agrária devem ser emitidos, em nome do homem e da mulher nos casos de casamento ou união estável, garantindo o reconhecimento das mulheres como beneficiárias das políticas de reforma agrária.

objetivo promover melhores condições de vida às famílias assentadas, possibilitando investimentos em equipamentos, recuperação de áreas degradadas e outras melhorias essenciais ao cultivo. De acordo com Pontes, Ferrantes e Baroni (2021) em 2021, cerca de 36% das mulheres do Assentamento Horto Bela Vista tiveram acesso a esse financiamento, o que reforça a atuação feminina na gestão produtiva.

Apesar desses avanços, a desigualdade de gênero ainda se faz presente no cotidiano das assentadas. A pesquisa de Pontes, Ferrante e Baroni (2021) demonstra que as mulheres do Horto Bela Vista participam de todas as etapas do processo produtivo, e ao realizar as entrevistas para a presente pesquisa também foi possível concluir essa afirmação, contudo, sua atuação em atividades externas como a comercialização permanecem limitadas. Essa restrição está relacionada à sobrecarga das tarefas domésticas, cuidado com os filhos, limpeza da casa e o preparo das refeições que continuam sendo atribuídas às mulheres, perpetuando a divisão sexual do trabalho.

Nesse sentido, a análise do processo de constituição do Assentamento Horto Bela Vista evidencia que sua consolidação não pode ser compreendida apenas a partir de marcos institucionais ou da formalização da política de reforma agrária, mas sobretudo pelas práticas cotidianas que garantiram sua permanência e reprodução social. Nesse percurso, as mulheres assumiram papel central, seja na resistência inicial, na organização comunitária, na sustentação material das famílias ou na construção de vínculos coletivos que deram densidade ao território. E suas trajetórias revelam que permanecer no lote, construir a moradia, organizar a produção e participar das instâncias coletivas são atos profundamente políticos, que questionam as hierarquias de gênero e reconfiguram as formas de pertencimento ao espaço conquistado. Assim, o assentamento se apresenta como território em permanente construção, marcado pela atuação feminina não apenas como força de apoio, mas como elemento estruturante da sua materialidade e de seus sentidos sociais, dimensão que será aprofundada nas análises seguintes.

5. O trabalho das mulheres camponesas e sua atuação política no assentamento Horto Bela Vista

Este capítulo aborda o trabalho das mulheres camponesas e sua atuação política no Assentamento Horto Bela Vista, a partir da análise das entrevistas, cujas falas coletadas no trabalho de campo possibilitam compreender as experiências cotidianas, as formas de inserção no trabalho produtivo e reprodutivo e as percepções construídas pelas entrevistadas sobre a luta pela terra. A análise das entrevistas está articulada à trajetória da luta pela terra no Brasil, considerando os processos de concentração fundiária, a formação dos assentamentos rurais e as disputas em torno do acesso à terra. Dessa maneira, busca-se relacionar as experiências vividas pelas mulheres do Assentamento Horto Bela Vista com o contexto mais amplo da questão agrária brasileira, evidenciando a centralidade do trabalho feminino e sua dimensão política na constituição e permanência do território.

Dessa forma, a trajetória da luta pela terra no Brasil é histórica e profundamente relacionada à formação do território nacional. Rua e Abramovay (2000) explicam que a resistência pela transformação da estrutura fundiária acompanha todo o desenvolvimento do país, contudo, observam que a participação feminina nesse processo aparece de forma dispersa nos registros e análises acadêmicas. Segundo as autoras, essa lacuna decorre da ausência de abordagens que consideram o papel das mulheres e as desigualdades de gênero no campo, que resulta na significativa invisibilidade de suas contribuições especialmente nos assentamentos rurais. Essa questão é reconhecida pela entrevistada 1, quando ela diz que “A gente sabe que as mulheres sempre lutaram para a construção dos Assentamento, mas nunca somos lembradas. E a gente enxerga isso no dia a dia não só nos livros não”.

Essa fala vai ao encontro da argumentação de Rua e Abramovay (2000) ao evidenciar que a exclusão feminina dos registros não decorre da sua ausência na luta, mas de um processo histórico de silenciamento que atravessa tanto a produção acadêmica quanto o cotidiano dessas mulheres. Nesse sentido, Paula (2020) enfatiza que no contexto rural as atividades produtivas e reprodutivas realizadas pelas mulheres são indissociáveis, o que reforça a necessidade de atenção específica a essas dinâmicas. Essa indissociabilidade aparece de forma clara na trajetória de vida da entrevistada 1,

Sempre foi assim, eu cuido do lote, planto, colho, vou na feira quando precisa, organizo as coisas para ir na feira, mandar as cestas [figura 6]. Mas também sou eu que organizo a casa, faço a comida, cuidei das crianças, agora já estão tudo grande. E

quando tem reunião eu participava também, porque eu acho importante estar presente. Só que a gente acaba fazendo tudo ao mesmo tempo, não tem como separar.

Observa-se na experiência a combinação da participação política, trabalho produtivo no lote e responsabilidades com os cuidados da família.

Figura 6: Preparação e organização das cestas e produtos para a feira



Fonte: Souza (2025)

Portanto, o exemplo da organização das cestas revela a sobreposição de funções que marcam o cotidiano de mulheres assentadas. A atividade produtiva não se restringe ao cultivo, mas também o cuidado com a qualidade dos alimentos e a preparação para a feira, atividades que constituem etapas fundamentais para a geração de renda. Essa dinâmica expressa a indissociabilidade entre trabalho produtivo e as responsabilidades cotidianas, que recaem sobre as mulheres.

De acordo com Rua e Abramovay (2000) a década de 1960 marca uma intensificação das ações estatais no meio rural e simultaneamente o surgimento de espaços para debates acerca da atuação feminina no meio rural. Nesse período trabalhadores camponeses, assalariados temporários e sem-terra, mobilizaram-se politicamente para o reconhecimento de seus direitos, e na década de 1980 as mulheres rurais se organizaram por reivindicações específicas e pela garantia de direitos trabalhistas. A entrevistada 1 faz referência diretamente com esse contexto

histórico, percurso no qual a assentada atravessa diferentes regiões do país, em busca de um espaço seguro para criar suas raízes

Eu nasci em Minas Gerais. Morei em dois municípios diferentes no Paraná, um município no Mato Grosso. Aqui em São Paulo eu já estou no terceiro município. Eu sou uma migrante dentro do país.

Esse processo revela como a luta pela terra se insere em trajetórias marcadas pela instabilidade e busca por condições mínimas de reprodução da vida, especialmente para mulheres pobres e camponesas.

Como mencionado anteriormente, Federici (2009) contribui para o debate ao salientar que a divisão sexual do trabalho constitui um elemento central na manutenção da desigualdade de gênero. Em sua análise sobre o período de transição do feudalismo para o capitalismo, a autora evidencia como as mulheres foram subordinadas e relegadas ao espaço privado, invisibilizando seu trabalho e associando-o a uma vocação natural. A autora ressalta que com o avanço do capitalismo, apenas a produção mercantil passou a ser reconhecida como criadora de valor, ao passo que o trabalho reprodutivo, embora essencial à reprodução da força de trabalho, foi desqualificado e considerado como tarefa doméstica feminina. Esse processo, segundo Federici (2009) contribuiu para a consolidação de estruturas de dominação que seguem influenciando sociedades ocidentais contemporâneas. A entrevistada 1 e 2 descrevem a multiplicidade de tarefas que estruturam seu cotidiano no assentamento, demonstrando que a lógica anteriormente mencionada permanece operante no meio rural atual

É trabalhar na roça, dar conta das coisas de casa todas. Limpeza, lavar roupa, comida, louça, buscar verdura na horta. Pensar o que eu quero comer daqui a três meses e já plantar. Eu faço de quase tudo, só essas coisas mais pesadas que eu não faço, né? Mais manejo de canteiro, ficar pensando no planejamento, colheitas, limpeza. Mesmo assim, essa questão das sementes, né? O que é, colocar pra plantar as coisas, fazer as adubações. Preparar os bioinsumos pra colocar, porque eu faço plantio agroecológico e biodinâmico. Então, esses preparados eu faço de tudo. (entrevistada 1)

Minhas atividades começam cedo. Cuido da casa, preparo a comida, cuido da horta, das galinhas. Essas são as minhas obrigação por eu ser mulher, principalmente as ligadas à casa, mas o trabalho no lote também faço. (entrevistada 2)

As narrativas apontam que o trabalho feminino no assentamento extrapola a produção agrícola visível, incorporando atividades essenciais para a manutenção da família e do território. Trata-se portanto de um trabalho contínuo que envolve planejamento e estratégias, que antecede inclusive a própria produção alimentar, pois como a entrevistada 1 diz o “cultivo começa bem

antes da fome”. Durante o trabalho de campo foi possível conhecer o berçário (figura 7) onde é dado o início das mudas orgânicas antes de ir para o campo, espaço onde o cultivo é iniciado, demonstrando como cultivo e preparo antecede qualquer desejo.

Figura 7: Mudas orgânicas em desenvolvimento



Fonte: Souza (2025)

Ainda segundo Federici (2009), o capitalismo precisou convencer as mulheres de que suas tarefas domésticas eram uma atividade natural e fonte de realização pessoal, de modo a assegurar sua execução gratuita. As entrevistas evidenciam essa dinâmica de naturalização das atividades reprodutivas no cotidiano das assentadas. Enquanto a narrativa da entrevistada 4 evidencia a naturalização das responsabilidades domésticas como inerentes à condição feminina, o relato da entrevistada 1 manifesta uma consciência crítica aguçada, problematizando a sobrecarga gerada pela divisão desigual do trabalho.

Ah, essas coisas de casa sempre sobra mais pra gente mesmo, né? Eu cuido da comida, da limpeza, das crianças, já é assim desde sempre. Na roça eu ajudo também, mas a parte da casa é mais minha, isso aí nem tem muito o que discutir. (Entrevista 4)

Como eu já disse a gente faz de tudo, planta, colhe, comida, roupa, filho. Às vezes eu penso que não é justo ficar tudo nas costas da mulher. A gente trabalha igual, mas acaba ficando com mais responsabilidade. (Entrevista 1)

Esse contraste evidencia percepções diferentes entre as entrevistadas, mas sobretudo revela a sobrecarga que recai sobre as mulheres, muitas vezes naturalizada a ponto de não se constituir como objeto de reflexão. Tendo em vista, que as demais entrevistadas também incorporam o trabalho reprodutivo como responsabilidade própria, assumindo como parte da sua condição, o que evidencia a permanência da divisão sexual do trabalho no assentamento.

Sabe-se que essa desvalorização simbólica e material dificultou a organização das mulheres contra essa condição, restringindo suas demandas ao ambiente privado e esvaziando o caráter político de suas reivindicações. No contexto do campesinato Peralta, Teodoro e Piveta (2020) apontam que a lógica capitalista reforça papéis de gênero associando as mulheres a ajuda. Entretanto, a experiência da entrevistada 1 revela que as mulheres não atuam apenas na esfera doméstica, mas desempenham papel em diferentes momentos como no acampamento, quando sua atuação se deu em atividades administrativas e ações para promover a alimentação coletiva dos acampados.

Quando tinha alguma necessidade social do acampamento, eu ia atrás. Como eu sabia escrever, eu fazia atas, ajudava a encaminhar documentos. Também ajudava a fazer horta para a nutrição das pessoas.

Essa atuação confirma a análise de Aro (2012), segundo a qual, mesmo quando as mulheres exercem funções essenciais para a constituição do assentamento, seu trabalho tende a ser desvalorizado ou compreendido como extensão de papéis tradicionais de ajuda.

Aro (2012) salienta ainda que nos assentamentos, as mulheres muitas vezes são reconhecidas apenas como esposas ou filhas do assentado, e isso acontece mesmo quando elas são proprietárias da terra. Desde a infância, as meninas desempenham atividades agrícolas e domésticas sendo inseridas precocemente no trabalho familiar e construindo sua identidade como trabalhadoras. O que é possível compreender a partir do que diz a entrevistada 3,

Na verdade, eu trabalho desde meus 8 anos né, eu já cuidava dos meus irmãos, limpava casa, depois com 12 eu já ajudava minha mãe fazer faxina fora também, posso dizer assim, que nunca parei de trabalhar, sabe.

É válido ressaltar que quando desempenham funções essenciais para a produção as

mulheres não recebem reconhecimento equivalente ao dos homens. Rua e Abramovay (2000) indicam que atividades como plantio, manejo de animais, produção de alimentos e participação na colheita são realizadas por mulheres, embora socialmente são compreendidas como apoio e não como trabalho autônomo. Essa visão muitas vezes é reproduzida pelas próprias mulheres que internalizam a ideia de que seu papel principal está na esfera doméstica. No trabalho de campo e entrevistas essa situação fica evidente nas falas das entrevistadas 2 e 3, no momento em que dizem

Eu sempre ajudei meu marido, não participei de muitas coisas que não fossem cuidar da casa, crianças e ajudar na plantação né. Mas eu acho certo isso, essa ajuda. No acampamento a gente já fazia assim, eu e meu esposo. (Entrevistada 2)

No dia a dia eu cuido da casa e ajudo meu marido no que precisa no lote essas coisas. Quando é tempo de plantar, eu ajudo a ajeitar a terra, plantar e colher. Também ajudo a cuidar dos bichos, às vezes a gente cria galinha. A gente vai fazendo assim, cada um fazendo um pouco. (Entrevistada 3)

A presente narrativa reforça a perspectiva de como a estrutura familiar influencia essas relações, pois nas famílias patriarcais prevalece a organização tradicional dos papéis de gênero em que a maternidade e os cuidados com a casa são vistos como obrigações femininas. Rua e Abramovay (2000) argumentam que as mulheres são historicamente construídas como destinadas ao cuidado do outro, o que evidencia a dependência e o apagamento de sua individualidade.

Diante disso é inegável que a desigualdade de gênero também se manifesta na participação política nos assentamentos. Butto e Hora (2008) apontam que historicamente as políticas públicas voltadas ao meio rural adotaram a família como unidade de referência, em que o homem é seu representante. Somente nas últimas décadas esse cenário começou a se modificar com a luta das mulheres rurais que conquistaram, por exemplo, a co-titularidade da terra por meio da Instrução Normativa INCRA nº 72/2009 e do Decreto nº 9.311/2018, assegurando às mulheres o direito ao lote independentemente do vínculo conjugal.

Contudo, essas mudanças não eliminaram as barreiras estruturais enfrentadas pelas mulheres. Butto e Hora (2008) indicam que mesmo com políticas como o PRONAF criado em 1996 o acesso feminino ao crédito permaneceu reduzido, refletindo a dificuldade histórica das mulheres em se inserir formalmente na produção agrícola e em garantir autonomia econômica. Portanto, ainda que avanços tenham ocorrido a partir de 2003 com maior atenção estatal à igualdade de gênero no campo, muitos desafios permanecem, entre eles o reconhecimento das atividades produtivas realizadas por mulheres assentadas. A entrevistada 1 reconhece essa

situação quando diz que

Muitos acham que o que a gente faz não é trabalho, sabe, que pode até pagar menos, e isso ocorre quando é uma mulher que vai vender sua produção, eu já vi isso, as pessoas acham que podem desfazer do nosso trabalho, dói muito saber disso.

Essa fala da entrevistada evidencia que o não reconhecimento do trabalho feminino ultrapassa a esfera simbólica, repercutindo diretamente nas relações econômicas e nas condições de permanência das mulheres no território, limitando a autonomia econômica e política das mulheres assentadas. Como afirmam Butto e Hora (2008) a construção da autonomia das mulheres rurais segue condicionada a múltiplos fatores entre eles o reconhecimento pleno de suas atividades produtivas e a superação de desigualdades historicamente consolidadas. Diante dessas limitações estruturais, a organização coletiva passou a constituir uma estratégia central de enfrentamento às desigualdades de gênero no meio rural.

Ademais, Aro (2012) aponta que a presença feminina em espaços políticos foi por muito tempo tratada como exceção, situação que é reconhecida na fala da entrevistada 1

Eu já fui em muita reunião desde que eu comecei na luta, e sempre dava muitas vezes pra contar nos dedos quantas mulheres tinham. A maioria era homem que falava, que decidia as coisas. A gente ia, mas ficava mais escutando, depois eu fui começando a falar também, mas muitas mulheres só ouviam mesmo.

Silva (2016) reforça que o silêncio imposto às mulheres ao longo da história as afastou das suas vivências da expressão pública e esse processo é mais intenso no campo.

Contudo, Santos e Picolotto (2019) observam que mesmo diante de ampla militância feminina, persistiram estruturas patriarcais que inviabilizam suas contribuições e restringiam sua presença nos espaços de liderança. As autoras destacam que apesar da forte participação feminina em ações de mobilização ainda poucas mulheres ocupavam cargos decisórios e muitas vezes eram reconhecidas apenas em função da condição conjugal.

Nesse contexto, segundo Santos e Picolotto (2019), desde 1985 as mulheres já se articulavam para monitorar sua representação e reivindicar espaço no movimento. Ainda assim, a baixa participação feminina em encontros nacionais atribuída por lideranças à falta de preparo, deve ser interpretada de acordo com Carneiro (1994) à luz de obstáculos estruturais como por exemplo o machismo sindical e o impedimento à sindicalização feminina. E nesse momento as entrevistas realizadas com as mulheres do assentamento Horto Bela Vista contribuem para a

compreensão de como essa baixa participação das mulheres é construída no cotidiano. De acordo com a entrevistada 1 as mulheres só participavam das reuniões após terminar as atividades domésticas e laborais, obrigações que são impostas de maneira silenciosa, a partir de julgamentos em relação às mulheres que participam das reuniões sem deixar a casa em ordem e as crianças cuidadas.

Essa tripla jornada que as mulheres assentadas têm dificuldade de conseguir manter é solitária, porque muitas vezes a gente é julgada por querer participar, por deixar a janta sem fazer para poder ir à reunião. E é assim que muitas mulheres não participam e assim que só o marido frequenta as reuniões, ninguém que ser julgada, isso é sério na nossa sociedade. E a mulher que escolhe participar é mal-vista, eu já fui muito mal-vista a gente fica sem amigo, é só querer sair da caixinha.

Portanto, a fala revela que as dificuldades de participação das mulheres assentadas no espaço coletivo não se restringem à sobrecarga de trabalho, mas se aprofundam em mecanismos simbólicos de controle social que operam por meio do julgamento moral e da vigilância cotidiana. Nesse sentido, entrevistada ao mencionar que se sente solitária não se refere apenas à ausência de apoio prático, mas à experiência de isolamento social, resultante da deslegitimação de sua escolha pela participação em ações como reuniões ou tomadas de decisão no seu próprio lote, essa dinâmica acaba por desencorajar e atuação feminina. Ao analisar as 4 entrevistas apenas uma das mulheres assentadas consegue vencer essas barreiras e participar ativamente nas reuniões, porém essa se encontra desanimada em alguns momentos como é possível verificar nos presentes trechos das entrevistas.

Eu mesma não consigo participar muito de reunião não, antes eu tinha as minhas crianças e tudo que já falei que eu sempre fiz, mas agora mesmo se tivesse reunião eu também não ia poder participar porque preciso ficar com meus netos aqui em casa para filha trabalhar. (Entrevistada 2)

Eu desde sempre fui nas reuniões como eu disse, antes de criar raízes aqui eu participei de outros acampamentos e luta, mas foi sempre porque eu pensava comigo mesma, que eu não deixar essas fofocas, olhares tortos me impedir de conquistar meus sonhos né, mas eu paguei um preço por isso, que é me sentir sozinha muitas vezes, ser chamada de louca e tudo mais. (Entrevistada 1)

A participação feminina nos espaços de organização e decisão no interior da luta pela terra revela um percurso marcado por continuidade histórica e enfrentamento cotidiano. A inserção das mulheres nas reuniões e instâncias coletivas não ocorre de maneira isenta de conflitos, de acordo com Paula (2015) demanda resistência frente a mecanismos sutis de deslegitimação, como julgamentos morais, isolamento simbólico e tentativas de

desqualificação. Quando mulheres rompem com expectativas tradicionais de gênero e reivindicam presença ativa no espaço público, tendem a enfrentar formas de controle social que operam por meio da vigilância e da estigmatização. Assim, de acordo com Silva (2016) a participação feminina na política, embora represente uma ampliação de direitos, permanece atravessada por custos subjetivos e barreiras estruturais que evidenciam a persistência das hierarquias de gênero mesmo em contextos de organização coletiva.

Mas é válido mencionar que mesmo diante de tudo isso as mulheres se articulam, se ajudam e participam da luta, das reuniões e equilibram a tripla jornada todos os dias e essas ações. Segundo Santos e Picolotto (2019) essas ações fizeram com que conquistas importantes ocorressem ao longo do tempo, como o reconhecimento da mulher como trabalhadora rural pela Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG) e o direito à titulação da terra. Entretanto, tais conquistas não significam a superação das estruturas históricas que sustentaram a marginalização feminina no campo. Ao contrário, elas revelam que a necessidade de reconhecimento formal emerge justamente de um processo prolongado de invisibilização do trabalho das mulheres camponesas. Nesse sentido, compreender essas vitórias políticas exige retomar os mecanismos sociais e históricos que, por décadas, ocultaram sua participação produtiva e política.

Tal invisibilização pode ser compreendida a partir do que aponta Perrot (2012) ao afirmar que as mulheres camponesas por diferentes processos históricos e sociais se mesclam com a vida familiar e o cotidiano rural se tornando socialmente invisíveis. Essa análise evidencia mais uma vez a perspectiva da Federici (2019) ao demonstrar que no capitalismo, a discriminação de gênero opera por meio da sobreposição entre trabalho doméstico e atividades produtivas, resultando na sistemática desvalorização econômica do trabalho feminino. Esse fato é notório quando as entrevistadas 1, 2, 3 e 4 relatam de modo geral como é o cotidiano no assentamento, todas as falas possuem tarefas em comum, como exemplo segue o relato da entrevistada 3

No meu dia a dia eu acordo cedo, como os galos, faço o café e arrumo o que tiver para comer depende do dia né, depois já lavo a louça e vou até a plantação colho o que tiver bom, muda segundo a época do ano, isso tem que ser cedinho. Volto pra casa arrumo o almoço e faço o que tiver que fazer. Tem dias da semana que faço faxina na cidade, mas os cuidados com a casa são os mesmos nesses dias.

Diante do exposto, o cotidiano é marcado pela centralidade do trabalho feminino, e que as práticas diárias não apenas garantem a subsistência material, mas também organizam relações sociais, fluxos de trabalho e uso do tempo. É importante mencionar que além da

atuação no lote e das responsabilidades domésticas, as entrevistadas revelam ainda outra dimensão da sobrecarga feminina que muitas mulheres que moram no assentamento vivenciam, que é a alternância entre o trabalho de cultivo e a realização de faxinas na cidade como estratégia de complementação de renda. Essa dinâmica evidencia a centralidade econômica das mulheres na manutenção da família, embora tal atividade seja frequentemente compreendida por elas próprias como secundária, naturalizando o acúmulo de jornadas. Embora o cotidiano revele a centralidade econômica e organizativa do trabalho feminino na reprodução da vida camponesa, essa centralidade nem sempre se converte em reconhecimento político nos espaços coletivos de decisão.

No que se refere à participação das mulheres na luta pela terra é importante mencionar as mulheres que são responsáveis pelo lote sozinhas, que rompem com a estrutura patriarcal de cuidado com aquele território. No assentamento Horto Bela Vista nota-se que a responsabilidade pelo lote foi assumida pelas mulheres após o falecimento de seus companheiros. Contudo, se manter nesse espaço não se configura como continuidade automática da posse, mas como uma luta cotidiana, pois há inúmeras práticas de deslegitimação, descritas por uma das entrevistadas como “boicote”

se mantiveram em algumas posições, alguns lugares com medo de não saber depois o que fazer com aquilo. Por quê? Porque assim, se tiver uma inauguração de uma feira no município e aqui tiver 50 agricultores e tiver vaga nenhuma das vagas é da mulher. É dos homens. Então, a gente vai recebendo também um boicote econômico nas representações. Então, a gente percebe que as mulheres donas das propriedades ser as mais pobres do assentamento.

O relato evidencia que a permanência das mulheres como responsáveis diretas pelo lote não elimina as desigualdades estruturais que atravessam o território do assentamento, mas ao contrário, revela outras formas de exclusão, ainda que essas mulheres assegurem a continuidade da produção e reprodução social no lote, sua atuação é sistematicamente deslegitimada. O boicote mencionado pela entrevistada expressa o mecanismo de poder que opera restringindo a inserção das mulheres em circuitos de comercialização e visibilidade social, o que contribui para a pobreza feminina. Por outro lado, uma das entrevistadas interpreta as dificuldades enfrentadas nos lotes como resultado das condições estruturais que atingem o assentamento de forma ampla, e não como expressão de desigualdades de gênero. Em sua compreensão, os desafios relacionados à produção, ao acesso a insumos, à comercialização e ao crédito compõem uma realidade compartilhada por todas as famílias assentadas, independentemente de quem esteja à frente do lote. Essa leitura feita pela entrevistada é construída a partir de discursos sobre a instabilidade do mercado, os custos elevados de produção e as limitações de

políticas públicas voltadas à agricultura de base familiar, deslocando a análise do campo das relações de gênero para o âmbito das condições econômicas e institucionais que estruturam o cotidiano produtivo no território.

De acordo com Silva (2016), atribuir as dificuldades exclusivamente às condições econômicas gerais do assentamento pode ser compreendida à luz de um processo histórico de naturalização das desigualdades de gênero no meio rural. Quando as desigualdades se incorporam ao cotidiano e passam a organizar silenciosamente a divisão do trabalho, o acesso a recursos e os espaços de decisão, elas tendem a ser percebidas como parte normal da dinâmica produtiva. Nesse sentido, a ausência de uma identificação explícita das relações de gênero como fator estruturante não implica desconhecimento ou desinformação, mas pode revelar a profundidade com que tais desigualdades foram socialmente internalizadas, sendo menos visíveis enquanto categoria, embora sigam operando no plano das práticas e das oportunidades concretas.

Se por um lado, determinadas percepções revelam a internalização histórica das desigualdades como parte natural da dinâmica produtiva, por outro, a própria vivência na luta pela terra pode operar como um processo de deslocamento dessa compreensão. A inserção em espaços coletivos, assembleias, formações e instâncias organizativas tende a produzir novas leituras sobre o território e sobre a posição das mulheres nele. É nesse movimento entre naturalização e problematização que a luta assume também uma dimensão formativa.

Portanto, Silva (2016) argumenta que a luta feminina pela terra também assume caráter educativo ao permitir que as mulheres construam consciência histórica e se constituam como sujeitos políticos transformadores. Perspectiva adotada pela entrevistada 1, que partilha dessa ideia quando diz que

Mas eu não desisto, eu tô nessa escola da luta há muitos anos, já aprendi muita coisa. Claro que tem dias que eu não aguento, a sensação de desamparo é muito grande, mas já aprendi a me refazer também, a luta ensina muito.

A dimensão educativa na luta feminina pela terra manifesta-se na prática cotidiana e na vivência coletiva, nas quais as mulheres ampliam sua capacidade de leitura da realidade de maneira diferente da qual foi criada. Esse processo não ocorre de maneira formalizada, mas é construído no enfrentamento das desigualdades, na organização de espaços organizativos e na experiência concreta da resistência. Quando as mulheres entram na luta passam a ressignificar seus papéis e questionam a naturalização da subordinação feminina, dessa forma é incorporado novas práticas e sentidos, fortalecendo a reprodução social camponesa e ampliando a

possibilidades de transformação das relações de poder no campo.

Para Caldart (2004) as assentadas e os assentados militantes da luta pela terra se educam, se humanizam e se formam como sujeitos no próprio movimento da luta. Quando diz humanização trata-se de que a partir desses espaços é dado novamente a vida social para essas pessoas, além de demonstrar que é possível a transformação do mundo, evidenciando que essa luta não se resume à conquista de um lote, mas também representa a busca constante por outros direitos fundamentais. Portanto, opera como espaço de produção de saberes de reconstrução da autoestima e de ruptura em oposição à visão tradicional atribuída às mulheres no meio rural. Constituindo assim uma pedagogia que se constrói na prática social, onde o enfrentamento das desigualdades e a construção do território assentado tornam-se experiências constitutivas de uma nova compreensão de si e do coletivo.

Dessa maneira a luta pela terra constitui um processo formativo que produz sujeitos históricos, sendo possível compreender que essa formação não se restringe à política, mas se expressa também nas formas de produzir e de se relacionar com a terra. Nesse contexto, a agroecologia emerge não apenas como técnica produtiva, mas como desdobramento pedagógico da própria luta, articulando trabalho, cuidado, sustentabilidade e autonomia. No assentamento Horto Bela Vista, a agroecologia pode representar um espaço ampliado para ações, na medida em que reconhece práticas historicamente associadas ao cultivo diversificado e à gestão do alimento com saberes estratégicos para a reprodução da vida no assentamento. Assim, o que antes era invisibilizado como ajuda ou trabalho doméstico passa a ser reconhecido como prática produtiva e política, desafiando a divisão sexual do trabalho no interior do território.

De acordo com Pereira e Silva (2022), ao refletir sobre a agroecologia estamos tratando de um movimento que propõe a valorização dos conhecimentos dos povos tradicionais e o conhecimento científico em uma luta que vai além da sustentabilidade, envolvendo a luta pela igualdade de gênero e valorização dos trabalhos das mulheres camponesas. A agroecologia é, portanto, um movimento político, em que se destacam estratégias de resistência. Dentro dos assentamentos as mulheres têm sido protagonistas na prática agroecológica, promovendo soberania alimentar, cuidado com a natureza e valorização do trabalho feminino. Essa prática desafia a lógica patriarcal e capitalista que sustenta o modelo convencional de exploração da terra.

Segundo Leff (2002), a agroecologia é formada por uma constelação de saberes e conhecimentos, que cumpre o papel de devolver o sentido para a força de trabalho como labor

produtivo, em que o trabalho não só é conduzido por saberes e conhecimentos práticos, mas sim, por uma teoria que envolve uma estratégia política que o conduz e os faz valer, frente a valorização da produtividade econômica e tecnológica de curto prazo, além de libertar a terra das formas limitadas de percepção da natureza, baseado na racionalidade econômica.

A partir das discussões apresentadas até aqui sobre a participação feminina na luta pela terra e na constituição do território, torna-se necessário evidenciar como essas mulheres avançam para além da conquista da terra, incorporando a agroecologia como estratégia de transformação social, econômica e simbólica desse espaço. Assim, o texto passa agora a abordar de que maneira as mulheres utilizam a agroecologia não apenas como prática produtiva, mas como instrumento político e formativo, capaz de questionar as relações de gênero, fortalecer a autonomia feminina e reconfigurar as dinâmicas do assentamento, contribuindo para a construção de um novo cenário pautado na sustentabilidade, cooperação e valorização dos saberes tradicionais. Cabe ressaltar novamente que no Assentamento, a prática agroecológica não está presente em todos os lotes, configurando-se de maneira desigual entre as famílias assentadas. Contudo, entre as mulheres entrevistadas, a agroecologia é compreendida de forma amplamente positiva, sendo associada a valores como cuidado, autonomia, saúde e fortalecimento coletivo. Ainda que não constitua uma prática hegemônica no território, ela se apresenta, nas narrativas das interlocutoras, como uma referência desejável e como horizonte de transformação das formas de produzir e viver.

5.1 Agroecologia como prática construída pelas mulheres do assentamento

A agroecologia segundo Primavesi (2020), é um processo formativo contínuo, no qual o aprender e o praticar caminham juntos produzindo mudanças concretas nas formas de cultivo, no manejo da terra e na relação com a natureza. A fala a seguir evidencia como esse aprendizado se materializa em técnicas específicas e escolhas produtivas que expressam um modo distinto de organizar esse cultivo.

E com os anos também fui aprendendo isso. Mas dentro da agroecologia você combina, faz consórcio de planta, né? Faz rotação de culturas. Então, se eu plantei alface aqui, depois no novo plantio eu planto em outro lugar e planto outra coisa aqui que não é da família do alface. E essa questão do manejo do mato é mais manual, mais simples, porque a gente não usa herbicida e usa pouco maquinário. Então, eu uso muita capina, rotação. E essa questão de usar capina, isso já está quase que banido, né? A geração futura não vai usar isso, né? Essa questão também da formação de sistemas agroflorestais, as barreiras de vento. (entrevistada 1)

As práticas mencionadas pela entrevistada como o plantio consorciado e o cuidado com o solo não permanecem apenas no plano do discurso, mas se materializam na organização concreta do lote. A diversificação das culturas, a ausência de insumos químicos e a disposição dos canteiros revelam uma lógica produtiva orientada pelo cuidado com a terra, ações que foram vistas na prática durante os trabalhos de campo no lote da entrevistada 1. As figuras 8 e 9, a seguir, exemplificam esse tipo de plantação agroecológica, evidenciando como esses princípios se expressam espacialmente no território.

Figura 8: Sistema de cultivo consorciado em área do assentamento, caracterizado pelo plantio simultâneo de diferentes espécies no mesmo espaço.



Fonte: Souza (2024)

Figura 9: Agrofloresta Horto Bela Vista/Iperó -SP



Fonte: Souza (2024)

Esse movimento não se restringe a uma experiência isolada, aparece de forma recorrente nas trajetórias de outras mulheres entrevistadas, mas é importante destacar que, entre as demais entrevistadas a agroecologia não aparece explicitamente associada à sua dimensão política. Em suas narrativas, ela é compreendida predominantemente a partir de seus aspectos práticos, produtivos e relacionados à saúde e ao cuidado, todavia, nem sempre é conscientemente identificada como estratégia de enfrentamento ou de posicionamento político no interior do assentamento.

Eu faço desse jeito mais normal né, porque eu acho melhor pra saúde da gente e pra quem vai comprar também. Não gosto de usar veneno, então a gente tenta planta misturado, cuidar mais da terra. Eu aprendi que assim o solo fica mais forte e a produção também melhora. Pra mim é mais isso mesmo, fazer uma coisa mais saudável e que dê certo pra mim aqui no lote. (Entrevistada 3)

Essa fala permite observar como a agroecologia pode assumir significados distintos entre as mulheres entrevistadas. Em alguns casos, ela pode ser entendida como projeto político

e em outros, como prática cotidiana orientada pelo cuidado e pela experiência. Essa distinção é relevante para compreender a heterogeneidade das formas de apropriação da agroecologia no assentamento, evitando generalizações e reconhecendo a pluralidade de sentidos atribuídos a ela e a pluralidade de mulheres que compõem esse território.

Nesse sentido, de acordo com o Altieri (2012) a agroecologia, além de um modelo produtivo, constitui-se como um espaço de reconstrução das relações sociais e de afirmação das mulheres enquanto sujeitas políticas e produtoras de conhecimento. Conforme revelado nas narrativas das entrevistadas, o envolvimento das mulheres nas práticas agroecológicas não se limita ao cultivo da terra, mas abrange a organização do trabalho, a preservação de saberes tradicionais, o cuidado com a família e a construção de formas alternativas de produção e reprodução da vida. No entanto, essas ações permanecem invisibilizadas, em razão das estruturas patriarcais que desvalorizam o trabalho feminino e restringem seu reconhecimento social e econômico.

Ademais, a agroecologia emerge como um campo de resistência e transformação, ao possibilitar às mulheres não apenas o acesso à produção de alimentos, mas também a construção de autonomia, identidade e reconhecimento. Como aponta Federici (2019), o trabalho das mulheres é fundamental para a sustentação da vida, embora frequentemente não seja reconhecido dentro das lógicas dominantes de valorização econômica. Portanto, a agroecologia se constrói como um projeto político que contribui para o enfrentamento das desigualdades de gênero no campo, ao promover o reconhecimento do trabalho feminino e fortalecer a autonomia das mulheres, a agroecologia contribui para a construção de territórios mais justos, sustentáveis e igualitários.

Desse modo, as mulheres não apenas participam da agroecologia, mas participam da construção de novas formas de relação com a terra, com o trabalho e com a vida, reforçando o que Primavesi (2020) denomina de teia da vida. Nesse contexto, a agroecologia emerge não apenas como técnica produtiva, mas como prática social e política que tem possibilitado maior visibilidade ao trabalho feminino, ampliando espaços de decisão e fortalecendo processos de autonomia. Assim, compreender o papel das mulheres na luta pela terra exige reconhecer tanto sua centralidade na constituição do território quanto os limites impostos pelas hierarquias de gênero que atravessam esse processo.

Contudo, ainda que a atuação das mulheres seja fundamental na construção e manutenção do território, as entrevistas revelam percepções distintas acerca do significado dessa participação. Enquanto algumas reconhecem explicitamente a dimensão política de seu

trabalho e de sua inserção nas instâncias coletivas, outras tendem a interpretar suas ações como extensão das responsabilidades familiares ou como obrigações cotidianas desvinculadas de uma elaboração política mais ampla. Essa heterogeneidade não invalida sua centralidade na construção do assentamento, mas evidencia que a consciência sobre o caráter político do trabalho e da permanência no lote se constitui de maneira desigual, atravessada por trajetórias individuais, processos formativos e experiências diferenciadas de participação.

6. Considerações Finais

Esta pesquisa teve como objetivo compreender o papel das mulheres na luta pela terra e na constituição do território no Assentamento Horto Bela Vista, buscando analisar como suas trajetórias, práticas e formas de participação se articulam às dinâmicas da luta pela terra. Portanto, nessa análise da realidade agrária que expressa a falta de políticas públicas, respeito e dignidade foi possível compreender que a participação feminina está presente desde os momentos iniciais dessa luta, constituindo elemento fundamental para a consolidação desse território. As mulheres não apenas acompanharam o processo, mas atuaram ativamente na organização coletiva, na permanência desde o acampamento até o assentamento, na reprodução social das famílias e na construção dos vínculos comunitários que estruturam o território.

Contudo, essa centralidade não se converte automaticamente em reconhecimento social e político, revelando a permanência de hierarquias de gênero que atravessam tanto o cotidiano do assentamento quanto às formas de organização coletiva. A presença ativa das mulheres convive com processos de invisibilização e com a naturalização de determinadas responsabilidades associadas ao feminino.

Ressalto que a metodologia adotada contribuiu para essa percepção em especial o uso das entrevistas que por serem semi estruturadas deram espaço para que esse momento fosse além da coleta de informações, mas um espaço de trocas e relatos que tratam-se de memórias das trajetórias de vida dessa mulheres, que diante de uma rotina repleta de afazeres não possuem tempo para essa reflexão. Portanto, espera-se que tenha havido a sensibilidade necessária para demonstrar essas histórias ao longo da construção da dissertação. É válido mencionar que o maior desafio para cumprir as entrevistas foi conciliar as demandas diárias das quatro entrevistadas, buscou-se respeitar as demandas e esperar o momento adequado, pois não tinha o intuito de impor mais uma tarefa para essas mulheres, as entrevistas foram remarcadas inúmeras vezes.

Nessa leitura o manejo agroecológico se faz presente sendo interpretado pela pesquisa como estratégia de resistência entre as mulheres, mesmo que dentro do assentamento exista a agricultura convencional, o cultivo agroecológico promove trocas de saberes e a percepção entre as assentadas que elas são capazes de criar seus próprios meios e vivências e essas práticas revelam o cuidado com os outros e o meio ambiente, fatores essenciais para a manutenção do assentamento.

Observou-se, ainda, que as mulheres assentadas elaboram percepções distintas acerca

de sua própria atuação. Enquanto algumas reconhecem explicitamente o caráter político de suas práticas, outras as interpretam como parte das atribuições cotidianas da vida familiar e comunitária. Essa diferença evidencia que a politização da experiência territorial é um processo heterogêneo, construído a partir de trajetórias, vivências e diversos níveis de inserção nos espaços organizativos.

Dessa forma, ao articular território e gênero, esta pesquisa contribui para o debate nos estudos agrários ao demonstrar que a construção territorial no contexto da reforma agrária é profundamente marcada pelas práticas e pela atuação feminina. O território, nesse sentido, não se configura apenas como resultado de políticas públicas ou de disputas fundiárias, mas como processo social produzido cotidianamente por sujeitos que questionam, negociam e ressignificam relações de poder historicamente estabelecidas.

Por fim, essa pesquisa reforça a importância de incorporar a perspectiva de gênero na análise dos assentamentos rurais, reconhecendo que a luta pela terra não se encerra na conquista do espaço físico, mas se desdobra na permanente construção de relações mais igualitárias no interior do território, pois, mesmo que cansadas e sobrecarregadas, as mulheres permanecem resistindo e construindo seu espaço dentro da luta pela terra.

7. Referências bibliográficas

- ALTIERE, A. Miguel, **Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar**. REVISTA NERA, [S. l.], n. 16, p. 22–32, 2012. DOI: [10.47946/rnera.v0i16.1362](https://doi.org/10.47946/rnera.v0i16.1362). Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1362>. Acesso em: 20 mar. 2025.
- ARO, Daniele Torres. **Mulheres assentadas: da invisibilidade ao protagonismo**. 2012. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente) – Centro Universitário de Araraquara (UNIARA), Araraquara, 2012. Disponível em: <https://m.uniara.com.br/arquivos/file/ppg/desenvolvimento-territorial-meio-ambiente/producao-intelectual/dissertacoes/2012/daniele-torres-aro.pdf> Acesso em 19 jan. 2025
- BOURDIEU, P. **A Dominação Masculina**. Trad. KÜHNER, M. H. 10ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2011.
- BUTLER, Judith. **Quem tem medo do gênero?** Tradução de Isabella Marcante. São Paulo: Boitempo, 2024
- BUTTO, Andrea; HORA, Karla Emmanuela R. **Mulheres e reforma agrária no Brasil**. In: LOPES, Adriana L.; ZARZAR, Andrea Butto (Orgs.). *Mulheres na reforma agrária: a experiência recente no Brasil*. Brasília: MDA, 2008. p. 19-36. (Nead Debate, 14).
- CALDART, Roseli Salete. **A pedagogia do movimento Sem Terra**. 3 ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2004.
- CARNEIRO, María José. **Mulheres no campo: notas sobre sua participação política e a condição social do gênero**. Estudos Sociedade e Agricultura, 1994.
- CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar de Costa; CORRÊA, Roberto. **Geografia: conceitos e termos**. 2000.
- CORALINA, Cora; DENÓFRIO, Darcy França; STEEN, Edla Van. **Melhores poemas: Cora Coralina**. 3. ed. São Paulo: Global, 2008. *E-book*. Disponível em: <https://leitor.bvirtual.com.br>. Acesso em: 26 mar. 2026.
- CONCEIÇÃO, Antônio Carlos Lima da. **Teorias feministas: da “questão da mulher” ao enfoque de gênero**. RBSE, v. 24, 738-753, dez. 2009. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/11449/138497/1/000860794.pdf> Acesso em: 15 de dezembro 2024.
- FEDERICI, Silvia. **O patriarcado do salário: notas sobre Marx, gênero e feminismo**. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2020.
- FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. Tradução de Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019
- FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais**. Revista NERA, Presidente Prudente, ano 8, n. 6, p. 14-34, jan./jun. 2005.

FERRANTE, V. L. S. B.; BARONE, L. A.; DUVAL, H. C.; GOMES, T. P. de S.; AMARAL, D. T. do; GÊNERO, C. G.; FLORES, A. F.; SILVA, S.; ORIANI, Junior. A. Um Retrato das Regiões da Pesquisa. **Retratos de Assentamentos**, [S. l.], v. 15, n. 1, p. 45-87, 2012. DOI: 10.25059/2527-2594/retratosdeassentamentos/2012.v15i1.108. Disponível em: <https://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/108>. Acesso em: 19 mar. 2025.

GAVIOLI, Felipe Rosafa. **As Múltiplas Funções da Agricultura Familiar**: um estudo no Assentamento Monte Alegre – Araraquara/SP. 2010. Dissertação (Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural, Universidade Federal de São Carlos, Araras. 2010.

GAVIOLI, Felipe Rosafa. Conservação e Manejo da Biodiversidade em um Assentamento Rural. **Cadernos de Agroecologia** [Volumes 1 (2006) a 12 (2017)], v. 4, n. 1, 2009.

GONÇALVES, Renata. (Re)politizando o conceito de gênero: a participação política das mulheres no MST. Mediações - **Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 14, n. 2, p. 198–216, 2009. DOI: 10.5433/2176-6665.2009v14n2p198. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/4514>. Acesso em: 19 jan. 2025.

LEFF, Enrique. Agroecologia e saber ambiental. **Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável**, v. 3, n. 1, p. 36-51, 2002.

LINO, Amanda Cristina. **Memória social de mulheres de assentamentos de reforma agrária: a relação entre trabalho, política, educação e participação**. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/20.500.14289/8543>.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. Nova edição, revista e ampliada. São Paulo: Contexto, 2019.

MCDOWELL, Linda. **Gênero, identidade e lugar: Compreendendo as geografias feministas**. Editora da Universidade de Minnesota, 1999.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Biblioteca – MST. Disponível em: <https://mst.org.br/download-category/biblioteca/>. Acesso em: 26 de fevereiro 2026.

NEVES, Delma Pessanha. Assentamento rural: confluência de formas de inserção social. **Estudos Sociedade e Agricultura**, 1999. Disponível em: <<https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/158>> Acesso em: 04 set. 2025

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **O modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária**. 1ª Edição, FFLCH, São Paulo, 2007.

PAULA, Larissa Araújo Coutinho de. **A bela flor do/no campo: por uma geografia de gênero e r(existência) em assentamentos rurais do interior de São Paulo**. 2020. 392 p. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2020. Orientadora: Rosângela Aparecida de Medeiros Hespagnol. Disponível em: <https://www.fct.unesp.br/#!/pos-graduacao/--geografia/dissertacoes-e-teses/diss-e-teses-2020/>. Acesso em: 11 jan. 2025.

PAULA, Larissa Araújo Coutinho de. **Contribuições e limitações das políticas públicas para o fortalecimento das agricultoras: o caso da Organização de Mulheres do Assentamento Tucano (OMAT) em Euclides da Cunha Paulista (SP)**. 2015. 224 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2015. Orientadora: Rosângela Aparecida de Medeiros Hespanhol.

PERALTA, Paula Eduarda Carloto; TEODORO, Amanda Vieira; PIVETA, Ruth Tainá Aparecida. **O feminismo na prática das mulheres agricultoras: a terra, a coletividade e a natureza**. In: Simpósio Gênero e Políticas Públicas, 6, 2020. Anais, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.5433/SGPP.2020v6.p254>. Acesso em: 05 mar. 2025.

PEREIRA, Maria do Socorro Barros; SILVA, Cícero Nilton Moreira da. Mulheres camponesas e a agroecologia: uma revisão sistemática da literatura. **OKARA: Geografia em debate**, v. 16, n. 2, p. 369-382, 2022. Disponível em: <http://www.okara.ufpb.br>. Acesso em: 14 nov. 2025

PERROT, Michelle. **Minha História das Mulheres**. Tradução Ângela M.S. Corrêa. 2 ed. Contexto, São Paulo, 2012.

PONTES, F. A.; FERRANTE, V. L. S. B. ; BARONE, L. A. . As tramas entrelaçadas da produção e comercialização de cultivos agroecológicos: o caso do Horto Bela Vista, Iperó/SP. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, [S. l.], v. 41, n. 2, p. 301–322, 2021. DOI: 10.37370/raizes.2021.v41.729. Disponível em: <https://raizes.revistas.ufcg.edu.br/index.php/raizes/article/view/729> . Acesso em: 14 jan. 2025.

PONTES, Flávio Aparecido. **Estratégias de produção e comercialização: a trama dos bloqueios e avanços no assentamento Horto Bela Vista no município de Iperó-SP**. 2020. 260f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, Universidade de Araraquara – UNIARA, Araraquara, 2020. Disponível em: <https://producao-intelectual/teses/2020/flavio-aparecido-pontes.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2025.

PRIMAVESI, Ana Maria. **Cartilha da Terra**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2020. 120 p.

RAGO, Margareth. **Os feminismos no Brasil: dos “anos de chumbo” à era global**. Revista Labrys Estudos Feministas, v.3, 1-12, jan/jul. 2003.

ROSSINI, Rosa Ester. **Geografia e gênero: a mulher na lavoura canavieira paulista**. 1988. Tese (Livre Docência) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1988. Acesso em: 08 jan. 2025.

RUA, Maria das Graças. **Companheiras de luta ou "coordenadoras de painéis"?: as relações de gênero nos assentamentos rurais**. Colaboração de Miriam Abramovay. Brasília: UNESCO, 2000. 347 p.

SANTOS, Iolanda Araujo Ferreira dos; PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. As mulheres do MST na luta pela terra e por fazer-se em sujeitos políticos: rastros da experiência organizativa nas páginas do jornal Sem Terra. **NORUS**, v. 7, n. 11, p. 232-268, jan./jul. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/NORUS/issue/view/859> Acesso em: 19 jan. 2025

SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. **GEOgraphia**, Niterói, v. 1, n. 1, p. 7-15, 1999. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/download/13360/8560/52708>. Acesso em: 11 jan. 2025.

SILIPRANDI, Emma. **Mulheres e agroecologia: transformando o campo, as florestas e as pessoas**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.

SILVA, Iranilson Batista da. **O protagonismo das mulheres camponesas na luta pela terra**. 2016. 119f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016. Disponível: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/8751> Acesso em: 16 jan. 2025

SILVA, Joseli Maria. Ausências e silêncios do discurso geográfico brasileiro: uma crítica feminista à geografia eurocêntrica. In: SILVA, Joseli Maria. (Org.). **Geografias subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades**. PontaGrossa: Todapalavra, 2009.

STÉDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. In: **Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. 1999. p. 167-167.

VIEIRA, Junior Itamar. **Torto arado**. Todavia, 2019.

VIANA, Sarah Santos; RIBEIRO, Marina Panunzio; VALENTE, Roberta Aversa; FRANCO, Fernando Silveira. A estrutura da paisagem no Assentamento Horto Bela Vista: processos históricos e políticos da questão agrária no Brasil. In: **Pesquisas em meio ambiente, desenvolvimento sustentável e sustentabilidade**: Atena Editora, 2023. p. 47-61. Disponível em: <https://atenaeditora.com.br/catalogo/post/a-estrutura-da-paisagem-no-assentamento- horto-bela-vista-processos-historicos-e-politicos-da-questao-agraria-no-brasil> Acesso em: 15 de dezembro 202

